



ANO XVI N.º 138 MAIO E JUNHO DE 2005

TRIBUNA DA

MAGISTRATURA

PRESIDENTE CELSO LUIZ LIMONGI

ORGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS



**J est na
AssemblÈia Legislativa projeto
do Tribunal de JustiÁa para a reclassificaÁ,,o
de comarcas e entr ncias** Págs. 4 a 6

Encontros com deputados

APAMAGIS faz bateria de encontros com deputados e juÍzes para discutir os principais pontos do projeto de reestruturação do Poder Judiciário
Págs. 7 e 8

Controle externo

Em entrevista ao *Tribuna da Magistratura*, o juiz paulista Cláudio Bueno de Godoy fala sobre sua participação no CNJ
Págs. 9 e 10

Magistradas da Paz

Duas juÍzas brasileiras são indicadas para o Prêmio Nobel da Paz este ano
Págs. 14 e 15

A missão especial do Órgão

A possibilidade de existência de um Órgão Especial nos tribunais com número superior a 25 julgadores não é novidade constitucional. Remonta à primeira das mais recentes reformas do Judiciário, ainda no período do autoritarismo.

Nem é novidade a eleição de metade de seus integrantes. A medida está prevista na Constituição de São Paulo, onde teve acesso por inspiração do Tribunal de Justiça que, paradoxalmente, nunca a implantou.

A função do Órgão Especial, hoje necessidade inconteste, diante de um Tribunal com 360 integrantes, é exercer funções jurisdicionais delegadas e de competência do Tribunal Pleno. Mas isso não é só. Ele existe para exercer atribuições administrativas. E se existe uma esfera em que o Judiciário precisa se aprimorar é na gestão eficiente de sua administração. Enquanto a sociedade se submeteu a profundas mudanças, mercê da complexidade contemporânea, a Justiça permaneceu na sua fisiologia medieval.

Com a liberação dos integrantes do Órgão Especial de suas funções junto às Câmaras, tudo justifica a ampliação de suas tarefas. E existem muitas a serem desempenhadas por esses desembargadores experientes – e por

aqueles que vierem a ser eleitos, providos de singular legitimidade para falar em nome do Judiciário.

A gestão de um Tribunal com mais de dois mil juizes e quase sessenta mil funcionários não pode continuar a ser exercida na mais arcaica concentração presidencialista. As áreas de atuação do sistema judiciário comportam a divisão de áreas entre os vinte e cinco desembargadores especiais. Mencione-se, como exemplo, a área de Recursos Humanos, tão necessitada de mudanças. Os servidores não têm plano de carreira, não têm perspectiva e só são ouvidos nas greves.

O setor de licitações envolve o dispêndio de enormes somas e a imediata utilização do pregão eletrônico exige dedicação plena. O planejamento é a esfera mais carente da Justiça e o que se nota, a todo instante, é a sua mais absoluta ausência. O funcionamento de áreas de estratégia, de controle de pessoal e de produtividade, o famigerado serviço de transportes, o aperfeiçoamento das praxes e das comunicações, tudo é urgente e não pode prescindir da atuação eficiente dos vinte e cinco administradores.

A Informática necessita de aporte de novos cérebros e de tratamento conjunto com as TIs, as tecnologias de in-

formação, que não se resumem a informatizar a burocracia, como recentemente se comentou na mídia. Ela é a chave da transformação da Justiça no serviço público eficiente, célere, prestigiado e reabilitado com que o povo tem o direito de sonhar.

Resumir-se o Órgão Especial a se reunir semanalmente para as pautas tradicionais, das quais se toma conhecimento poucos dias antes da sessão, é reduzir – de maneira inadmissível – a relevância e protagonismo desse colegiado.

As futuras presidências do Tribunal de Justiça devem pensar em divisão de tarefas por áreas temáticas, assim como funcionam nos Ministérios da União e nas Secretarias de Estado nas unidades da Federação. E com o aproveitamento dos desembargadores do Órgão Especial para essa missão, ficam liberados os juizes auxiliares convocados, para reforço da primeira instância, a mais prejudicada pelo desfalque de talentos chamados a ascender ao Tribunal.

Enfim, foi isso o que o constituinte quis e espera que aconteça no estado mais desenvolvido da República. Será que São Paulo vai responder ou continuará a ser considerado o mais conservador, o mais resistente aos ares da mudança, até que estes se transformem num vendaval?

TRIBUNA DA MAGISTRATURA
Uma publicação da



Associação Paulista
de Magistrados

R. Tabatingüera, 140 - sobreloja
CEP 01020-901 - São Paulo - SP
Telefone (0xx11) 3241-1288
Fax (0xx11) 3107-8894

APAMAGIS

apamagis@apamagis.com.br

Presidência

presidencia@apamagis.com.br

Secretaria

secretaria@apamagis.com.br

Imprensa

imprensa@apamagis.com.br

Atendimento

atendimento@apamagis.com.br

Convênios

convenios@apamagis.com.br

Informática

info@apamagis.com.br

HOME PAGE

http://www.apamagis.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Celso Luiz Limongi

1.º Vice-Presidente

Sebastião Luiz Amorim

2.º Vice-Presidente

José Araldo da Costa Telles

Diretor-Secretário

Cláudio Gracioto

Diretor-adjunto Financeiro

Homero Maion

Diretor-adjunto Financeiro

João Omar Marçura

Diretor-adjunto Secretário

Maria de Fátima dos Santos Gomes

IMPRENSA

Conselho Editorial

Aloísio de Toledo César - Presidente

Luís Soares de Mello Neto

Edição e Redação

Antonio Matiello

(MTb 6103/25/23 RS)

Estagiárias

Gizele Wanderoski

Mônica Carmo

Fotos

Augusto Canuto

Editoração eletrônica

Dulce Pinto (MTb 32418)

COLABORAÇÕES

Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores

Caixa-Preta do Judiciário?!

O tempo encarregou-se - e muito de pressa - de mostrar ao Presidente Lula quanto estava errado ao imaginar que o Judiciário mantinha em uma caixa-preta segredos inconfessáveis. Não era o Judiciário: é espantosa a sucessão de atos de corrupção em que se envolveu o Partido dos Trabalhadores, como notícia a imprensa, a cada dia com uma novidade, enredando mais e mais filiados desse partido e pessoas próximas a ele.

Agora fica mais fácil compreender por que as reformas da Previdência, em especial, e do Judiciário fo-

ram facilmente aprovadas, rejeitados todos os fortes argumentos que indicariam outras soluções. Não parece lícito questionar-se a legitimidade dessas reformas?

Fala-se tanto que a lei é sábia e que o juiz deve cumpri-la cegamente. Sim, desde que o objetivo do legislador tenha visado à consecução do bem comum, o que fica para a apreciação de caso a caso.

Enquanto isso, o Judiciário trabalha, exercendo seu papel de distribuir justiça, muitas vezes mal compreendido, pois a mídia e a sociedade se esquecem de que o juiz fica adstrito à lei e às provas dos autos.

O Judiciário bandeirante, por sua vez, sob a exitosa presidência do Des. Tâmbara, e contando com o incommon esforço de seus magistrados em trabalho de mutirão, vai vencendo os 550 mil processos que havia para a distribuição.

Melhor ainda: o Presidente Tâmbara enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei de redução das entrâncias, de criação de cargos, com fixação de juizes auxiliares às varas e classificou comarcas do interior como entrância final.

Claro que há imperfeições no projeto e que seu impacto poderá desagradar a alguns magistrados, mas, no geral,

foi um surpreendente e significativo avanço, atendendo, em parte, a postulações da APAMAGIS. Integrando o Órgão Especial, ofereci uma emenda substitutiva e duas aditivas, estas últimas acolhidas por unanimidade.

Não faz muito, neste espaço, disse que o pior seria não acreditar. Estou certo de que a presidência do Tribunal de Justiça, graças a sua boa administração, vai atendendo paulatinamente aos anseios da magistratura paulista.

Ter coragem para mudar é o principal. E a mudança já começou.

Celso Luiz Limongi

Repúdio à invasão do Fórum de Catanduva

A APAMAGIS emitiu nota oficial no último dia 30 de junho condenando a invasão do Fórum de Catanduva por policiais federais armados para entregar processo por ordem da Justiça Federal. Leia a íntegra da nota:

A Associação Paulista de Magistrados - APAMAGIS -, entidade que presta serviços à sociedade bandeirante há 52 anos, vem a público, manifestar seu mais veemente protesto e repúdio à ação da Polícia Federal em 30 de junho de 2005, no município e Comarca de Catanduva, quando, em cumprimento a mandado judicial expedido administrativamente pela senhora corregedora-geral da Justiça Federal, desembargadora Marli Ferreira, devolveu milhares de autos de processo ao Fórum local, portando os policiais armas de

grosso calibre e de alta potencialidade ofensiva, e fechando a entrada e saída de veículos daquele Fórum, como se estivessem em confronto com criminosos.

Cumpra observar que a devolução desses autos se deveu a entendimento diverso da Justiça Federal, não aceitando a remessa daqueles pela Justiça Estadual de Catanduva, que se dera por incompetente. A lei processual, nesses casos de conflito de competência, estabelece minuciosamente o procedimento para resolvê-lo, pelo que se estranha, em primeiro lugar, que a devolução fosse feita por ato administrativo da Corregedoria da Justiça Federal. E, em segundo lugar, que fosse a devolução feita por agentes policiais federais armados, impondo à força o recebimento daqueles autos.

A APAMAGIS recebe essa conduta como insulto inexplicável e gratuito à honra e tradição da magistratura paulista. Mais do que isso: ignominiosa ofensa ao povo

bandeirante, cuja luta pelos princípios democráticos faz parte de sua história, do que serve de exemplo a Revolução Constitucionalista de 1932, a mostrar que o sangue e a vida dos paulistas estiveram e estarão perenemente prontos para a defesa do Estado Democrático de Direito.

O Fórum Estadual de Catanduva é a Casa da Justiça e mesmo com a invasão de suas dependências por policiais armados, acompanhados de uma equipe de emissora de televisão que filmou toda a insólita diligência, certamente para mais agravar a humilhante ação e proporcionar espetáculo televisivo, mantém sua dignidade moral, reafirmando seu propósito de servir ao povo de Catanduva, na busca intransigente de distribuir Justiça.

Desembargador
Celso Luiz Limongi
Presidente da APAMAGIS

A hora da união

Já tramita em regime de urgência na Assembléia Legislativa projeto do Tribunal de Justiça para reclassificação de comarcas e entrâncias

JR/TJ



O Tribunal de Justiça acolheu emendas aditivas para o projeto apresentadas pelo presidente da APAMAGIS

O projeto de lei complementar enviado pelo Tribunal de Justiça do Estado a Assembléia Legislativa no último dia 16 de junho tramita em regime de urgência e já recebeu cerca de 40 emendas dos deputados. A matéria trata da reclassificação das entrâncias em todas as comarcas

e da organização do Poder Judiciário paulista.

Ao elaborar e aprovar o anteprojeto, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça acolheu em parte emendas aditivas apresentadas pelo presidente da APAMAGIS, des. Celso Luiz Limongi, membro do Órgão. O projeto cria 184 cargos de juiz auxiliar da capital vincu-

lados às varas cíveis e criminais centrais, da Fazenda Pública centrais e de Família e Sucessões dos foros regionais, de entrância final.

Além deles, o projeto propõe a criação de 250 cargos de juizes auxiliares no interior, classificados em entrância intermediária. O texto cria, ainda, 12 varas na

capital de Execução Fiscal de Fazenda Pública e de Juizados Especiais, com os respectivos cargos de juizes, em entrância final. Na região metropolitana ficam criadas 67 varas, de entrância intermediária e, no interior, outras 53, classificadas como de entrância final. ▶

► A reestruturação valoriza a jurisdição nas comarcas do interior ao prever a redução de entrâncias. A idéia é que pelo menos 27 comarcas sejam classificadas como de entrância final. Com isso, seus titulares poderão ser promovidos diretamente ao cargo de desembargador, o que permite a fixação dos juizes no interior do Estado.

Com estas medidas, o texto em análise pelos deputados estaduais permite, por exemplo, que cidades como Araçatuba, Araraquara, Marília e Praia Grande fiquem na entrância final. Além disso, algumas comarcas classificadas em entrância inicial na proposta original da Comissão de Organização

Judiciária do Tribunal, passam para o nível de intermediárias. É o caso de Amparo, Arujá, Bebedouro, Caieiras, Cruzeiro, Jales, e Registro, entre outros municípios.

Gatilho

O projeto prevê, também proposta da APAMAGIS, a adoção de “gatilho” para assegurar que as comarcas classificadas como de entrâncias inicial e intermediária sejam elevadas a intermediária e final, desde que observados os critérios estabelecidos no texto.

Na reclassificação, será considerada de entrância final a comarca intermediária que atingir número superior a 130 mil eleitores e distribui-

ção de feitos superior a 25 mil por ano, na média dos últimos cinco anos. Será classificada como de entrância intermediária a comarca que tiver mais de 50 mil eleitores e registrar uma distribuição acima dos 25 mil feitos por ano, também de acordo com a média dos últimos cinco anos.

O Conselho Superior da Magistratura elaborará as listas de antiguidade das entrâncias, respeitando a ordem anterior à promulgação da lei, de maneira a preservar os direitos dos magistrados. Os juizes e as juizas das comarcas reclassificadas conservarão a classificação atual até o momento de suas promoções. Os que tiverem a

comarca elevada poderão, no momento da promoção, requerer ao presidente do Tribunal, no prazo de cinco dias úteis a partir da publicação do ato, que ela seja na vaga onde era titular.

Ainda que o projeto não contemple todas as propostas apresentadas pela APAMAGIS, o presidente da entidade entende que ele é o primeiro passo para a unificação das entrâncias e a vinculação de todos os juizes auxiliares da capital às varas em que atuam. “O momento é de união, para que todos os magistrados paulistas estejam mobilizados na defesa de suas prerrogativas e na melhoria da prestação jurisdicional”, afirma Celso Limongi.

Classificação das comarcas segundo o projeto

Entrância final	Santos	Avaré	Indaiatuba	Olímpia
Araçatuba	São Bernardo do Campo	Barretos	Itanhaém	Ourinhos
Araraquara	São Carlos	Bebedouro	Itapecerica da Serra	Penápolis
Barueri	São José dos Campos	Birigüi	Itapetininga	Pindamonhangaba
Bauru	São José do Rio Preto	Botucatu	Itapeva	Poá
Campinas	São Paulo (capital)	Bragança Paulista	Itapevi	Registro
Diadema	São Vicente	Caraguatatuba	Itaquaquetuba	Ribeirão Pires
Franca	Sorocaba	Carapicuíba	Itatiba	Rio Claro
Guarulhos	Taubaté	Catanduva	Itu	Salto
Jundiaí		Cotia	Jaboticabal	Santa Bárbara D'Oeste
Limeira	Entrância intermediária	Cubatão	Jacareí	São Caetano do Sul
Marília	Americana	Embu	Jales	São João da Boa Vista
Mogi das Cruzes	Andradina	Fernandópolis	Jandira (Foro Distrital)	São Roque
Osasco	Araras	Ferraz de Vasconcelos (Foro Distrital)	Jaú	Sertãozinho
Piracicaba	Arujá (Foro Distrital)	Francisco Morato	Leme	Sumaré
Praia Grande	Assis	Franco da Rocha	Lins	Suzano
Presidente Prudente	Atibaia	Guaratinguetá	Matão	Taboão da Serra
Ribeirão Preto		Guarujá	Mauá	Tatuí
Santo André		Hortolândia	Mogi-Guaçu	Tupã
			Mogi-Mirim	Ubatuba

Valinhos	Cândido Mota	Itaí	Palmeira D' oeste	Santa Cruz das Palmeiras
Vinhedo	Capão Bonito	Itajobi (Foro Distrital)	Palmital	Santa Cruz do Rio Pardo
Votuporanga	Capivari	Itapira	Panorama	Santa Fé do Sul
	Cardoso	Itápolis	Paraguaçu Paulista	Santa Isabel
	Casa Branca	Itaporanga	Paraibuna	Santa Rita do Passa
	Cerqueira César	Itararé	Paranapanema (Foro Distrital)	Quatro
	Cerquillo	Itariri (Foro Distrital)	Paranapuã (Foro Distrital)	Santa Rosa do Viterbo
	Cesário Lange (Foro Distrital)	Itatinga (Foro Distrital)	Pariquera-Açu (Foro Distrital)	Santana do Parnaíba
	Chavantes	Itirapina (Foro Distrital)	Pederneiras	Santo Anastácio
	Colina	Itupeva (Foro Distrital)	Pedregulho	São Bento do Sapucaí
	Conchal (Foro Distrital)	Ituverava	Pedreira	São Joaquim da Barra
	Conchas	Jacupiranga	Pereira Barreto	São José do Barreiro (Foro Distrital)
	Cordeirópolis	Jaguariúna	Peruibe	São José do Rio Pardo
	Cosmópolis	Jardinópolis	Piedade	São Lourenço da Serra (Foro Distrital)
	Cravinhos	Jarinu (Foro Distrital)	Pilar do Sul (Foro Distrital)	São Luiz do Paraitinga
	Cruzeiro	Joanópolis (Foro Distrital)	Pinhalzinho (Foro Distrital)	São Manuel
	Cunha	José Bonifácio	Piquete (Foro Distrital)	São Miguel Arcanjo
	Descalvado	Junqueirópolis	Piracaia	São Pedro
	Dois Córregos	Juquiá	Pirajú	São Sebastião da Grama (Foro Distrital)
	Dourado (Foro Distrital)	Juquitiba (Foro Distrital)	Pirajuí	São Sebastião
	Dracena	Laranjal Paulista	Pirapozinho	São Simão
	Duartina	Lençóis Paulista	Pirassumunga	Serra Negra
	Eldorado Paulista	Lorena	Piratininga	Serrana
	Embu-Guaçu (Foro Distrital)	Louveira (Foro Distrital)	Pitangueiras;	Severínea (Foro Distrital)
	Espírito Santo do Pinhal	Lucélia	Poloni (Foro Distrital)	Silveiras (Foro Distrital)
	Estrela D'Oeste	Macatuba (Foro Distrital)	Pompéia	Socorro
	Fartura	Macaubal (Foro Distrital)	Pontal	Sud Mennucci (Foro Distrital)
	Flórida Paulista (Foro Distrital)	Mairinque	Porangaba	Tabapuã (Foro Distrital)
	Florínea (Foro Distrital)	Mairiporã	Porto Feliz	Tabatinga (Foro Distrital)
	Gália (Foro Distrital)	Maracaí	Porto Ferreira	Tambáú
	Garça; LXXVI – General	Martinópolis	Potirendaba	Tanabi
	Salgado	Miguelópolis	Presidente Bernardes	Taquaritinga
	Getulina	Miracatu	Presidente Epitácio	Taquarituba
	Guaira	Mirandópolis	Presidente Venceslau	Tarumã (Foro Distrital)
	Guapiaçu (Foro Distrital)	Mirante do Paranapanema	Promissão	Teodoro Sampaio
	Guará	Mirassol	Quatá	Tietê
	Guaraçá (Foro Distrital)	Mococa	Queluz	Tremembé
	Guararapes	Mongaguá	Rancharia	Três Fronteiras (Foro Distrital)
	Guararema (Foro Distrital)	Monte Alto	Regente Feijó	Tupi Paulista
	Guareí (Foro Distrital)	Monte Aprazível	Ribeirão Bonito	Urânia (Foro Distrital)
	Guariba	Monte Azul Paulista	Rio das Pedras (Foro Distrital)	Urupês
	Iacanga (Foro Distrital)	Monte Mor	Rio Grande da Serra (Foro Distrital)	Valentim Gentil (Foro Distrital)
	Ibaté (Foro Distrital)	Morro Agudo	Riolândia (Foro Distrital)	Valparaíso
	Ibatinga	Nazaré Paulista (Foro Distrital)	Rosana	Vargem Grande do Sul (Foro Distrital)
	Ibiúna	Neves Paulista (Foro Distrital)	Roseira (Foro Distrital)	Vargem Grande Paulista (Foro Distrital)
	Iepê (Foro Distrital)	Nhandeara	Salesópolis (Foro Distrital)	Várzea Paulista
	Igaraçu do Tietê (Foro Distrital)	Nova Granada	Santa Adélia	Vicente de Carvalho (Foro Distrital)
	Igarapava	Nova Odessa	Santa Albertina (Foro Distrital)	Viradouro
	Iguape	Novo Horizonte	Santa Branca	Votorantim
	Iguape	Nuporanga		
	Ilha Solteira	Orlândia		
	Ilhabela (Foro Distrital)	Osvaldo Cruz		
	Ipauçu	Ouroeste (Foro Distrital)		
	Ipuã	Pacaembu		
	Itaberá (Foro Distrital)	Palestina		

Associação faz bateria de encontros com deputados e juízes

Presidente da entidade já visitou 15 parlamentares em oito cidades para valorizar as comarcas do interior com a reestruturação das entrâncias

O presidente da APAMAGIS, desembargador Celso Luiz Limongi, tem feito uma bateria de reuniões com deputados federais e estaduais, além de magistrados de várias comarcas, para apresentar as propostas da Associação incorporadas pelo projeto de reorganização do Poder Judiciário paulista, encaminhado no mês passado pelo Tribunal de Justiça à Assembléia Legislativa.

Nos últimos dois meses, ele esteve em Araçatuba, Birigui, Bauru, Araçatuba, São Carlos, Indaiatuba, Sorocaba, e São José do Rio Preto. Ao longo destas viagens, Limongi reuniu-se com os deputados Campos Machado, José Calдини Crespo (PFL), Paschoal Thomeu (PTB), Pedro Tobias (PSDB), Arnaldo Jardim (PPS), Roque Barbieri (PTB), Vaz de Lima (PSDB), Beth Sahão (PT), Valdomiro Lopes (PSDB), Vanderlei Siraqui (PT), e Orlando Moreno (PV), Dimas Ramalho (PPS-SP), e Marcelo Barbieri (PMDB-SP).

No início do mês, o presidente da APAMAGIS esteve com o presidente da



Diretoria Executiva reúne-se com os juízes de Birigüi para discutir o projeto de reclassificação judiciária

Comissão de Economia e Finanças do Legislativo paulista, José Crespo, e com o líder do PTB, Campos Machado. Ele pediu aos dois deputados empenho pelo regime de urgência na tramitação do projeto. A receptividade de ambos foi tão boa que, uma semana depois, a Assembléia aprovou requerimento da Comissão neste sentido.

Na reunião de Araçatuba, Limongi destacou que a reorganização do Judiciário no interior, in-

centivando a maior permanência dos magistrados nas comarcas pequenas, contribuirá, ainda, para a melhoria de seus vencimentos. Para o desembargador “o magistrado paulista é o que recebe a menor remuneração do país, juntamente com o estado do Piauí”, afirmou ele. Segundo o presidente da APAMAGIS, o fato tem gerado a migração de juízes para outros estados ou para a justiça federal.

Em São José do Rio Preto, onde esteve no últi-

mo dia 19 de junho, o desembargador debateu com os deputados Vaz de Lima, Beth Sahão e Valdomiro Lopes as condições do fórum da cidade. Com 40 anos de funcionamento, o local tem dificuldades em suportar o fluxo de pessoas. “É dever do Estado proporcionar o mínimo de conforto para as pessoas que ali comparecem para as audiências”, disse Limongi. Ele informou que a APAMAGIS comprometeu-se a traba-

lhar em conjunto com a Secretaria Estadual de Justiça para solucionar o problema.

Abertura

Em Araraquara, no início de maio, o encontro com os deputados federais Marcelo Barbieri e Dimas ramalho também contou com a presença de três desembargadores e 35 juizes da região. A pauta da reunião tratou, além da

reclassificação das entrâncias, o teto salarial da magistratura e o novo Estatuto Nacional da Magistratura, que substituirá a atual Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

Em São Paulo e Brasília, o presidente da APAMAGIS tem conversado com frequência com o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) sobre o Estatuto e da reestruturação judiciária em São Paulo. Cardozo preside a

Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre a reforma do Poder Judiciário. Depois da promulgação da Emenda 45, que instituiu a reforma, em dezembro do ano passado, a Comissão trabalha na sua regulamentação, onde se insere o Estatuto. O mesmo assunto foi tratado com o deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), quando o desembargador esteve em Sorocaba, em maio passado.

Em toda esta bateria de encontros, contudo, o desembargador Limongi não se limita a temas pontuais, salientando a necessidade de troca de informações do Poder Judiciário com o Legislativo, e a sociedade em geral, como forma de somar esforços para solucionar problemas comuns. “O Judiciário precisa se abrir à sociedade e aos demais Poderes”, tem afirmado o presidente da APAMAGIS.

O Controle do Poder Judiciário

Para o presidente do STF o controle externo é mais do que um setor correcional

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ - criado pela Emenda Constitucional 45, que instituiu a reforma do Judiciário, tem, entre outras atribuições, a responsabilidade de elaborar políticas estratégicas para modernizar e agilizar a prestação jurisdicional no País.

Após um longo processo, para a indicação de diferentes órgãos e setores da sociedade, foram aprovados pelo presidente da República e pelo Senado Federal os 15 integrantes do CNJ. O órgão foi instalado em sessão solene, realizada no dia 14 do mês passado, no Supremo Tribunal Federal - STF - pelo ministro Nelson Jobim.

Compõem o CNJ o ministro decano do Superior Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Vantuil Abdala, indicados pelo STJ e TST, respectivamente. O ministro Pádua se destacou na atuação como presidente do STJ, ao praticar medidas para agilizar a tramitação dos processos neste Tribunal.

Os juizes trabalhistas, Douglas Alencar Rodrigues e Paulo Schmidt, ambos indicados pelo TST, também reforçam o time. Rodrigues já presidiu duas vezes a Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região (AMATRA-10). E Schmidt, atual presidente da AMA-

TRA - 4, é especialista em orçamento público. Além deles, integram o Conselho a juíza federal e professora de Direito Administrativo e Constitucional, Germana de Oliveira, e o juiz estadual, Cláudio Luiz Bueno de Godoy.

Outros indicados pelos Tribunais Superiores são: o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Marcus Faver e o juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Jirair Meguerian.

Representando o Ministério Público da União e a Procuradoria-Geral da República estão os procuradores Eduardo Kurtz Lorenzoni e Ruth Lies Scholp de Carvalho. Os advogados Oscar

Coimbra Argollo e Paulo Luiz Netto Lobo são os indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

E, finalmente, o ex-secretário de Justiça de São Paulo e professor da Universidade de São Paulo, Alexandre de Moraes, e o reitor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, Joaquim Falcão, ambos indicados pelo Senado.

De acordo com matéria divulgada pela revista *Consultor Jurídico*, é pouco provável que os casos de denúncias contra juizes cheguem à imprensa. “O Conselho não promoverá chacina de juizes, ao contrário, tomará muito cuidado para proteger os magistrados da execração pública”, afirmou uma fonte à revista. ▶

Um CNJ atuante

Após a solenidade de instalação do Conselho, seus membros realizaram a primeira reunião de trabalho para definir o cronograma e os mecanismos para a elaboração do regimento interno do órgão.

A reunião do Conselho tratou, entre outras coisas, da questão das férias coletivas dos tribunais, que, no

entender de seus integrantes, aqueles que tirarem férias coletivas estarão descumprindo o inciso XII do artigo 93 da Constituição Federal, que acaba com as férias, já neste mês de julho.

Estrutura do CNJ

Localizado nas instalações do novo prédio do STF, no anexo dois, onde foi construído um plenário

para os 15 conselheiros e um pequeno auditório com pouco mais de 30 lugares, o quadro de funcionários do Conselho Nacional de Justiça terá 43 servidores. O presidente e o corregedor, contudo, podem requisitar juízes para auxiliar nos trabalhos.

Até que a regulamentação para o preenchimento dos cargos esteja legal, o Supremo disponibilizará seus

próprios servidores para o CNJ. Além disso, pelo fato de ainda não dispor de orçamento próprio, o STF repassará R\$ 3 milhões para o funcionamento do controle externo.

Os integrantes do órgão terão remuneração equivalente ao salário mensal de um ministro do Tribunal Superior de Justiça, com adicional de até 35% por tempo de serviço.

O representante da magistratura paulista

“Na visão comum dos membros do Conselho, em especial de seu corregedor, a atividade precípua do novo órgão é a de planejamento, de fixação de políticas de gestão, de administração do Judiciário”, declarou o juiz estadual Cláudio Luiz Bueno de Godoy, membro do CNJ em entrevista ao *Tribuna da Magistratura*



Cláudio Godoy: "CNJ não é remédio para todos os males"

Tribuna da Magistratura — O CNJ tem como responsabilidade elaborar políticas estratégicas para modernizar e agilizar a prestação jurisdicional no país. O que efetivamente o Conselho vai fazer para melhorar a situação da Justiça brasileira?

Cláudio Godoy — O CNJ, dentre suas diversas atribuições, tem a obrigação, constitucionalmente imposta, de realizar relatório semestral de acompanhamento estatístico de processos, bem como relatório anual propondo providências que julgue necessárias, incluindo propostas legislativas que, encaminhadas ao STF e versando matéria de sua iniciativa, são por ele remetidas ao Congresso Nacional, quando da abertura da sessão legislativa. Mas, está em seu âmbito de atuação a expedição de atos regulamentares, podendo ainda, se for o caso, recomendar providências que repute cabíveis. Todas essas prerro-

gativas pretende-se que sejam exercidas no intuito de padronizar procedimentos, uniformizar políticas de gestão, sempre respeitando-se as particularidades de cada Justiça e de cada localidade em que funcione. A idéia central é aproveitar exemplos de excelência e reduzir a distância da prática administrativa do Judiciário como um todo, acerca de cujo funcionamento nunca se teve um retrato global.

TM — Essas medidas já começaram a ser elaboradas?

Um exemplo já de implantação destas medidas, ou da tomada de providências que visam a efetivá-las, foi a constituição, dentro do Conselho, de comissões temporárias, que se ocuparão de colher dados e propor providências relativas à informatização, estatística, competência, incluindo especialização de varas, turmas ou câmaras, Juizados Especiais, formas alternativas, não orçamentá-

rias, de financiamento do serviço Judiciário, e regulamentação da Emenda 45, inclusive de modo a se efetivarem sugestões ao projeto de Estatuto da Magistratura.

TM — Há quem diga que o CNJ não tem como objetivo focar os juízes, muito pelo contrário, os magistrados serão poupados. Isso é verdade ou é apenas uma forma de amenizar a relação com a categoria?

A atividade correcional do Conselho se estende, indistintamente, a todos quantos referidos na Emenda 45 e integrantes, em sentido amplo, da prestação do serviço judicial e extrajudicial, portanto juízes, das diversas instâncias, servidores judiciais e extrajudiciais. Mas não é menos certo que, na visão comum dos membros atuais do Conselho, em especial de seu corregedor, a atividade precípua do novo órgão é a de pla-

nejamento, de fixação de políticas de gestão, de administração do Judiciário. A atividade disciplinar se exercerá, é claro, mas, como não poderia deixar de ser, dadas as dimensões do Judiciário, em todo o país, de modo complementar à atuação das corregedorias locais, em casos específicos e que mais convenha, sejam tratados à distância, longe do lugar da ocorrência, por qualquer motivo ou dado particular da hipótese concreta.

TM — O Conselho não é composto apenas por magistrados, mas também por advogados e professores como Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão. A grande maioria dos juízes é contrária a isso. Qual sua opinião?

Penso que hoje a discussão sobre a composição plural do Conselho envolva matéria superada pela existência de ação direta, a propósi-

to, proposta e por ora não acolhida. Portanto, quer parecer que, antes, o caso seja uma vez instalado e em funcionamento, o Conselho deve aproveitar, o máximo possível, a experiência que cada membro traz da sua atividade de origem, de modo a enriquecer as possibilidades de ação para aprimoramento da prestação do serviço jurisdicional

TM — O senhor é o representante da Justiça paulista no CNJ. Como o senhor encara essa missão e quais são seus projetos no Conselho?

Encaro minha presença no CNJ, representando as Justiças Estaduais de primeiro grau, com grande responsabilidade. Responsabilidade, de um lado, por levar ao Conselho a experiência, as proveitosas, mas também as suas carências, da atividade judicante de primeira instância, de forma inédita inserida num órgão de cúpula em

iguais condições com a atividade ou situação de juízes de instância superior. De outra parte, responsabilidade por levar ao Conselho a prática específica do Judiciário do Estado de São Paulo, o maior e, por conseqüência, o mais complexo.

TM — O senhor acredita que o CNJ possa de fato ajudar no aperfeiçoamento dos serviços judiciais?

De certo que o CNJ pode representar um importante móvel, instrumento de aperfeiçoamento dos serviços judiciais. Mas, é evidente que ele não é e nem pode ser tomado como remédio para todos os males. Com o seu funcionamento, medidas de otimização podem e serão tomadas. Porém, a aspiração de um Judiciário mais rápido e eficiente pressupõe outras providências, que vão desde opções orçamentárias mais reais até a reforma completa do sistema processual.

MEMBROS DO CNJ

NOME/CARGO/INDICAÇÃO	JIRAIR MEGUERIAN JUIZ DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO	PAULO SCHIMDT JUIZ TRABALHISTA DO RIO GRANDE DO SUL	EDUARDO KURTZ LORENZONI PROCURADOR DA 4ª REGIÃO E MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	PAULO LUIZ NETTO LOBO ADVOGADO DE ALAGOAS
NELSON JOBIM PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	STJ	TST	PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	OAB
STF	GERMANA DE OLIVEIRA MORAES JUIZA FEDERAL DO CEARÁ	MARCUS FAVER DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO	PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	ALEXANDRE DE MORAES EX-SECRETARIO DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO E PROFESSOR DE DIREITO DA USP
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO MINISTRO DECANO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	STJ	STF	RUTH LIES SCHOLP DE CARVALHO PROCURADORA DE MINAS GERAIS	SENADO
STJ	DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES JUIZ DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO	CLÁUDIO LUIZ BUENO DE GODOY JUIZ ESTADUAL DE SÃO PAULO	PGR	JOAQUIM FALCÃO DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA FGV-RJ
VANTUIL ABDALA PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	TST	STF	OSCAR COIMBRA ARGOLLO ADVOGADO DO RIO DE JANEIRO	CÂMARA DOS DEPUTADOS
TST			OAB	

Fonte: Site do STF

O Raio X do Judiciário

STF recorre a estatísticas para avaliar produtividade

O presidente do Supremo Tribunal Federal - STF -, ministro Nelson Jobim deu nota 4,2 para o Judiciário, depois de realizar um levantamento no qual se constatou que o Poder Judiciário tem 13.474 juizes, uma média de 7,62 para cada 100 mil habitantes. Os dados fazem parte do estudo “*Indicadores Estatísticos do Judiciário*”, elaborado pelo STF.

A pesquisa começou no segundo semestre do ano passado, a partir de reuniões com os presidentes dos tribunais e representantes dos segmentos jurídicos para expor o projeto. As informações foram enviadas pelos tribunais, nas esferas das Justiças federal, estadual e do trabalho.

Segundo Jobim, o objetivo da pesquisa é retratar o sistema de funcionamento do Judiciário e fundamentar projetos para acelerar o andamento de processos, além de viabilizar medidas que resultem em maior eficiência na administração dos tribunais.

O desembargador Marcus Faver, membro do Conselho Nacional de Justiça, disse que cabe ao Judiciário dar uma resposta aos anseios da população, que deposita suas expectativas na instituição. Favorável às estatísticas, o desembargador afirmou que é preciso ter vontade política para tomar as atitudes e transformar a gestão. “Os dados são im-

portantíssimos para mostrar que nós estamos deixando a desejar, não há como fugir desse triste diagnóstico, com um toque de demanda inconcebível”, declarou Faver.

O presidente da APAMAGIS, des. Celso Luiz Limongi afirmou que o magistrado precisa de administradores para auxiliá-lo e defendeu a contratação desses profissionais como forma de melhorar a gestão do Poder Judiciário. “O juiz trabalha sozinho, enquanto que os grandes escritórios de advocacia contam com o apoio de estatísticos, matemáticos e administradores”, disse ele.

órgãos da região, poderão contar com essa demanda e, assim, agilizar o andamento dos processos. “Assim, teremos condições de avançar e conseguir estabelecer determinadas projeções, recorrendo e criando mecanismos administrativos aptos para receber as demandas”, disse Jobim.

Justiça em números

Os Indicadores Estatísticos revelaram, segundo o juiz Elton Leme, do Rio de Janeiro, que o investimento na área de informática na Justiça estadual correspon-

gamento”, afirma Leme. De acordo com as estatísticas, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 7 de maio passado, a cada 100 processos que dão entrada em todas as esferas judiciais, 40,74, em média, são julgados no mesmo ano e 59,26 têm julgamento adiado para os anos seguintes. É o que Jobim chama de “taxa de congestionamento”.

A maior taxa é a Justiça Federal, que deixou de julgar 81,37% dos processos em 2003. A Justiça do Trabalho é a mais eficiente, com 20,56% de processos não julgados. Nas instâncias su-

periores, o Superior Tribunal de Justiça, com 31,12%, é o mais eficiente, já o Tribunal Superior do Trabalho e o STF não conseguem julgar 69,1% e 58,67% dos processos, respectivamente. No ano analisado, 17.494 milhões de processos deram entrada em todas as áreas da Justiça no país. Isso mostra que o julgamento de 10.367 mi-

lhões foi adiado.

Os indicadores apontam que até 50% do congestionamento há uma situação de equilíbrio. Entre 50% e 70% a situação não é boa, mas é gerenciável, enquanto que entre 70% e 90% o problema é considerado grave. Nos Estados de Goiás, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Pará, Amazonas, São Paulo e Ceará a média é de 91,89%.

A JUSTIÇA EM NÚMEROS

DESPESA TOTAL DO JUDICIÁRIO	R\$ 19.247.926.979 (R\$ 108,82/hab.)
MAGISTRADOS (na ativa)	13.474 (7,62/100 mil hab.)
PESSOAL AUXILIAR	246.632 (139,44/100 mil hab.)
LIGITIOSIDADE: CASOS NOVOS EM 2003	17.494.902
CONGESTIONAMENTO	59,26%
REFORMA DE DECISÃO	27,11%

Fonte: Supremo Tribunal Federal

“Temos um compromisso com a Nação e teremos que caminhar para isso”, declarou o ministro Nelson Jobim, durante a apresentação dos Indicadores Estatísticos em maio passado. Segundo ele, um dos objetivos do Judiciário é fazer com que as ações ajuizadas nos tribunais sejam digitalizadas e lançadas automaticamente no sistema. Dessa forma os TJs e outros

de, em média, a 2,58% dos custos dos tribunais estaduais. Embora haja tribunais que investem, em média, 4,61%, enquanto outros estão bem a baixo da média (0,98%).

“O número de juizes, a carga de trabalho, o grau de investimento e a informatização são itens que se refletem direta ou indiretamente na morosidade e no acúmulo de processos à espera de jul-

Esforço concentrado

Três magistradas se unem para acelerar a prestação dos serviços



O setor de Cartas Precatórias funciona no Fórum Hely Lopes Meirelles, antigo Tribunal Criminal

O último andar do Palácio Mauá, no centro de São Paulo, em que hoje funciona o setor de Cartas Precatórias Cíveis da Capital, reviveu alegremente o tempo dos bailes que ali aconteciam na década de 50.

No dia 24 de junho último, em meio a comidas típicas, bandeirolas e sanfoneiros, funcionários e estagiários comemoraram as festividades de junho, embalados pelos êxitos recentes alcançados pelo setor.

Enquanto participavam do sorteio de prendas aos

funcionários, as juízas Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins, Dora Aparecida Martins e Adriana Sachsida Garcia falavam sobre as mudanças do setor nos últimos meses.

Em agosto de 2004 o setor tinha cerca de 102 mil cartas precatórias aguardando cumprimento, 30% delas sequer registradas, e recebia diariamente novas mil precatórias. “O quadro funcional estava desestimulado e desfalcado em pelo menos vinte de seus integrantes originais, perdidos no ano de 2002, an-

tes do processo de reativação do setor”, contou Ana Paula. Segundo ela, “os recursos materiais eram precários, e de informática insuficientes”.

Após nove meses de trabalho da atual equipe de juízas, o setor conseguiu absorver toda a distribuição do período e ainda reduzir em 40% o acervo inicial, que hoje é de 62 mil cartas precatórias. O prazo médio para o seu cumprimento diminuiu de 20 para 6,5 meses. A meta é alcançar o marco de 60 dias até o final do ano.

Isto foi possível graças ao apoio da presidência do Tribunal de Justiça, assim como as mudanças na forma de gestão do setor, afirmou Ana Paula.

Após um período de observação e estudos, a equipe de juízas implantou medidas de simplificação de rotinas e otimização de recursos, como o despacho do expediente diário no próprio cartório e a realização de reuniões periódicas com os funcionários. De acordo com a magistrada, “com isso foi possível resgatar o empenho profissional e criar um espírito de equipe”.

Por uma Justiça mais democrática

Novo presidente da Associação dos Juizes para a Democracia defende o voto dos juizes de primeira instância na eleição de presidentes dos TJs

Tanto o presidente Lula como Fernando Henrique Cardoso tiveram uma atuação muito forte contra a ditadura e mesmo assim eles não foram capazes de contribuir para a democratização do Judiciário”, declarou o novo presidente da Associação Juizes para a Democracia - AJD -, Marcelo Semer, à revista *Consultor Jurídico*.

Empossado no dia 31 de maio passado, para o biênio 2005/2007, o juiz de 39 anos é formado pela Universidade de São Paulo, onde é mestre em Direito Penal. Ele atua na 10ª Vara Criminal da capital.

À frente da AJD, o presidente tem como objetivo reafirmar o compromisso da entidade com o Estado Democrático de Direito, bem como a conscientização do ato de julgar como proteção aos direitos do cidadão. Semer luta pela defesa da independência judicial e democratização da magistratura, além da aproximação entre o Judiciário e a sociedade. “A Associação trabalha para transformar o Poder Judiciário em um serviço público eficiente”, afirma o presidente. Outra meta do magistrado é unir a AJD a outras entidades para, juntas, elaborarem propostas de emenda em favor da população.

Baseado no direito da sociedade de conhecer mais a fundo os serviços do Poder

Judiciário, o juiz afirma que a Associação Juizes para a Democracia “nunca foi refratária à idéia do controle externo”. Segundo ele, no entanto, “o Conselho Nacional de Justiça foi montado exclusivamente pelas cúpulas do Judiciário”, o que, na sua opinião, “não é controle externo e sim o controle da própria cúpula sobre a base”. Semer disse ainda que não foi aberta uma discussão com a sociedade, nem houve critérios claros para a es-

colha dos conselheiros. “Não sabemos o que pensam os indicados. Se o Conselho é

ber o que as entidades e a sociedade civil pensam sobre o Judiciário”, afirmou ele.

Sobre as declarações do ministro Nelson Jobim, que cobra da magistratura um Judiciário mais célere e eficiente, o juiz afirmou que é preciso que o STF também dê exemplos de planejamento e eficácia. “Para se discutir o gargalo do Judiciário, seria importante que o Supremo definisse seus próprios gargalos”, afirmou o presidente.

À frente da AJD, o presidente tem como objetivo reafirmar o compromisso da entidade com o Estado Democrático de Direito

um controle externo da magistratura, é importante sa-

Semana Teen
10 a 16 de julho

Lapinha
Galera, Saúde, Relax e Esportes no melhor Centro de Bem-Estar do Brasil

LAPINHA CLÍNICA E SPA NATURISTA www.lapinha.com.br 0800 643 1090

A paz de toga e saia

Duas magistradas estão entre 52 brasileiras indicadas para o Nobel da Paz

Reconhecer o trabalho silencioso que milhares de mulheres fazem todos os dias pela paz é o objetivo do projeto “Mil mulheres”, que concorre ao Prêmio Nobel da Paz 2005 a ser escolhido em outubro deste ano na Noruega. Dentre as selecionadas estão 52 brasileiras e duas delas são magistradas: a desembargadora gaúcha Maria Berenice Dias e a juíza estadual Sueli Pini, do Amapá.

Nos 104 anos da premiação, apenas 13 mulheres receberam o Nobel da Paz. Por isso, a idealizadora do projeto, Ruth-Gaby Vermont, presidente da Associação 1000 Mulheres, entidade de mulheres suíças que lutam pela paz, concebeu a idéia de premiar coletivamente as mil mulheres. “Acho que isso dá maior significado ao prêmio”, afirma a desembargadora Berenice.

A finalidade da homenagem é chamar a atenção pú-



Justiça Itinerante: cerca de 20 serviços são realizados no barco

blica para o importante papel da mulher na construção de um mundo mais solidário e pacífico. O critério para a escolha se deu com base nos trabalhos delas em prol da paz. Contudo, para

concorrer ao prêmio, foi preciso garantir que essas ações estão de fato melhorando a vida das pessoas, tornando a sociedade mais justa.

A preservação dos direitos humanos bem como a preservação do meio ambiente também contaram na seleção.

No conjunto das mil concorrentes estão ativistas, políticas, médicas, professoras, pesquisadoras, donas de casa, e outras categorias de trabalhadoras. Elas são de estados, classes sociais, etnias, níveis educacionais e áreas de atividade diferentes.

Indicadas

É nesse contexto, de luta pela paz e por uma sociedade mais justa, que se encaixa a juíza Sueli Pereira Pini, indicada pela Câmara dos Deputados para compor o grupo. Atuando na magistratura há 14 anos, a magistrada é conhecida internacionalmente pelo trabalho que desenvolve no Macapá, onde é titular dos Juizados Especiais.

O foco de sua atuação é a chamada justiça itinerante, na qual ela julga a bordo do barco “Tribuna”. Junto com Sueli navegam professores, médicos, assistentes sociais e outros profissionais que, percorrendo rios da região, prestam vá-



Sueli Pini: trabalho pioneiro rendeu a indicação ao Prêmio

rios tipos de serviços de cidadania às pessoas.

Foi somente assim que boa parte da população do interior do Amapá passou a conhecer e utilizar o Judiciário local. “Por meio deste trabalho eu procuro vencer duas terríveis distâncias na Amazônia: a geográfica e a cultural”, afirma a magistrada. Ela diz que se não sair do Fórum para ir até a periferia das cidades e a zona rural, muitas pessoas não têm acesso a Justiça. “O sistema jurídico precisa ter sensibilidade para romper os muros dos fóruns e ir até o jurisdicionado”, complementa.

Pensando nisso, Sueli encontrou outras soluções para atender a demanda. Através do projeto Justiça nas Praças, ela realiza audiências de divórcio, adoção, casamentos e cobranças nas praças de Macapá, à sombra das árvores. A indicada ao Nobel da Paz deste ano criou também o “Justiça bate a sua porta”. Nesse projeto ela escolhe um bairro e vai à casa dos moradores para oferecer assistência jurídica. Sueli conta que chegou a fazer audiências na cama do jurisdicionado. “Vou de jeans, sem toga para não assustar, nem afastar os moradores. Nós vamos de porta em porta para dizer que o juiz está disponível para essa pessoa”.

Com base nessa aproximação, entre o jurisdicionado e o juiz, ela acredita que pode fazer com que o cidadão conheça seus direitos e os exerça de acordo com suas necessidades. “Meu trabalho busca humanizar o Judiciário justamente para contribuir na disseminação de uma consciência coletiva de que as pesso-

as têm o direito de exigir o acesso a Justiça”, afirmou ela.

Sueli está participando de uma bateria de entrevistas nas Organizações das Nações Unidas (ONU) para concorrer a uma vaga de juiz internacional de língua portuguesa no Timor Leste. O juiz selecionado ajudará nos julgamentos dos processos e na capacitação dos juizes timorenses.

Sobre o Prêmio, ela diz que só pela indicação as mulheres levantaram uma bandeira importante, embora acredite que ganhar o prêmio tenha o aspecto positivo e o negativo. “O lado bom é que devo estar no caminho certo e isso me dá ânimo para continuar. Mas, por outro lado, me sinto mais só, porque isso vai me distanciando das pessoas. Elas acham que eu não sou como elas, por estar sendo premiada”, desabafa a juíza.

Preconceito

A primeira mulher no Rio Grande do Sul a se tornar desembargadora no Tribunal de Justiça do Estado atribuiu a indicação ao Prêmio Nobel da Paz à reação que sempre teve a qualquer tipo de preconceito. “Já fui alvo de discriminação”, declara a líder feminista Berenice Dias. Indicada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado, a magistrada sente-se gratificada por ter sido escolhida, pois ela também sempre dedicou seu trabalho à busca de uma sociedade melhor e mais justa. Para ela, a finalidade do prêmio está diretamente relacionada com a Justiça, já



Berenice: “Nós mulheres, somos agentes da paz”

que ambos buscam a paz para o ser humano.

Berenice é conhecida por abraçar causas de segmentos discriminados, como a violência doméstica e o reconhecimento de novos tipos de união conjugal. “Onde existem laços de afetividade, existe uma família”, justifica.

A desembargadora criou o JusMulher — Serviço de Atendimento Jurídico e Psicólogo às Mulheres Carentes. “Nós, mulheres, somos agentes da paz. Por isso, é importante dar maior importância ao trabalho desse segmento, que muitas vezes passa despercebido”, explica a indicada.

Segundo ela, dos três Poderes, o Judiciário é o de maior credibilidade na sociedade. “O Poder Judiciário é o último recurso das pessoas na defesa de seus direitos, e por isso mesmo, é preciso que elas encontrem uma resposta na Justiça”, diz Berenice, para quem o

maior problema do sistema jurídico é a morosidade.

Ela acredita que a Justiça está mais próxima das pessoas. “A magistratura está mudando seu comportamento com a sociedade eliminando, aos poucos, a distância entre esses dois mundos”, afirma a juíza, que atualmente preside a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça gaúcho, especializada em Direito de Família. Autora do livro “União Homossexual – O Preconceito e a Justiça”, primeira obra brasileira que aborda os aspectos jurídicos do tema, a magistrada participa de 18 entidades voltadas às questões femininas e sociais.

O trabalho das duas magistradas, e das demais 50 brasileiras que compõem o grupo das 1000 Mulheres, estará concorrendo ao Prêmio Nobel da Paz com projetos como os do cantor Bono Vox, vocalista da banda de rock U2, e do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

XVII Fonaje atrai centenas a Curitiba

Cerca de 400 profissionais debatem papel dos Juizados Especiais

Centenas de pessoas, entre profissionais do Direito, magistrados, juristas e estudantes estiveram em Curitiba para participar do XVII Fórum Nacional dos Juizados Especiais — FONAJE —, realizado em Curitiba (PR) entre os dias 25 e 28 de maio passado. No encontro, foram discutidos os principais problemas enfrentados pelos Juizados Especiais de todo o país.

Na avaliação da juíza Denise Kruger Pereira, presidente do FONAJE, o evento foi positivo, pois debateu os principais itens da reforma do Judiciário, com foco nos Juizados Especiais. Além disso, houve reuniões dos grupos temáticos onde se abordaram decisões que



Divulgação AMAPAR

Encontro valorizou troca de experiências

estão sendo aplicadas em casos de maior abrangência. “Com a troca de experiências é possível conhecer a realidade dos outros estados e aprender com iniciativas que estão dando certo”, afirmou Denise.

A cientista da Universidade de São Paulo e do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais — CEBEPEJ —, Maria Teresa Sadek apresentou em sua palestra, uma série de estatísticas sobre os JECs com base na pesquisa

“Justiça em Números”, realizada pelo Supremo Tribunal Federal. De acordo com ela, os Juizados Especiais são uma nova mentalidade da Justiça. Entretanto a falta de juizes exclusivos pode ter consequências graves na sua continuidade. Por isso, a cientista recomendou um remanejamento dos magistrados para que dobre o número de juizes nas pequenas causas. Hoje são 751 juizes para os Juizados Especiais, enquanto a Justiça comum conta com 7. 809

magistrados.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux encerrou os trabalhos, dizendo que os Juizados Especiais constituem a verdadeira Justiça, por estarem mais próximos da sociedade.

Dia da Integração consolida unidade da magistratura

O Dia de Integração Judicial, que teve como tema “A Magistratura no Século XXI” e reuniu em uma única data - 28 de junho - servidores do Poder Judiciário, juizes estaduais, federais e trabalhistas de 208 municípios do país para debates virtuais, que foram transmitidos aos participantes via satélite.

O objetivo da iniciativa foi aproximar todas as instâncias do Poder Judiciário e do Ministério Público, congregando-os, em um debate virtual de juizes.

Evento promovido pela Escola da Magistratura Federal de Londrina e coordenado pelos juizes Eduardo Appio e Gilson Luiz Inácio (PR), com apoio da Associação dos Juizes Federais de

Londrina (Ajufel) e da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp).

Para o juiz Eduardo Appio, um dos coordenadores do evento, o debate virtual cria um espaço de confraternização entre advogados, juizes e promotores, resgatando a unidade de magistratura nacional e ainda, aponta soluções efi-

cazes ao aprimoramento do Judiciário.

Participaram dos debates os presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Jorge Maurique, e José Nilton Ferreira Pandelot da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Nova lei acende luz no fim do túnel

Empresas em processo de falência ainda têm chances de se recuperar

A Lei de Recuperação de Empresas, a nova Lei de Falências (nº 11.101), que entrou em vigor no último dia 9 de junho, levou o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a instalar, na mesma data, as 1ª e 2ª Varas de Falência e Recuperações Judiciais na capital paulista.

Aprovada no final do ano passado, depois de onze anos de tramitação no Congresso Nacional, a nova Lei tem como objetivo movimentar empresas em situação de pré-insolvência e as que já se encontram em concordata, para entrarem com processos de recuperação judicial.

A norma substitui a concordata e coloca em seu lugar a recuperação judicial e extrajudicial. Na judicial, haverá um plano de recuperação em que as execuções ficarão suspensas por um prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado.

Nos casos das ações extrajudiciais, apenas os maiores credores serão chamados para renegociar as dívidas, permitindo às empresas se recuperarem sem comprometer sua situação econômica.

As duas varas têm competência para processar, julgar e executar os feitos relativos à falência, recuperação judicial e extrajudicial. Entretanto, só as



Aprovação da lei gerou a criação de duas varas de falência em São Paulo

novas ações que tramitam com base na nova Lei serão distribuídas a elas.

Dinamismo

O juiz Alexandre Alves Lazzarini é o designado como titular da 1ª Vara. Para ele a iniciativa do Tribunal é de extrema importância para a economia do país, devido à grande concentração econômica na cidade de São Paulo. “Esse projeto mostra o dinamismo do Poder Judiciário paulista, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, de buscar soluções para resolver os conflitos existentes”, afirma o magistrado.

O juiz Caio Marcelo Mendes de Oliveira, encarregado de assumir a 2ª Vara, está confiante na realização desse trabalho. “Esperamos que a nova Lei de Falências venha a permitir melhores soluções jurídicas e práticas para questões comerciais, envolvendo credores e devedores”, declara.

“Todos os dias se vê a sociedade mudar as leis, mas nunca se viu as leis mudarem a sociedade”, declara o des. Luiz Elias Tâmbara. Segundo ele, a Lei de Falências não será apenas mais uma. “No que depender do Poder do Judiciário, está lei funcionará bem”, complementa.

Na tarde do mesmo dia foi inaugurada a Câmara específica para julgamento dos recursos das empresas em processos de falência, competência para apreciar ações originárias de falência, recuperação judicial e extrajudicial. Ela é composta pelos desembargadores Sidnei Agostinho Beneti, Boris Padron Kauffmann, Hamilton Elliot Akel, Manoel Queiroz Pereira Calças e Romeu Ricúpero. Além deles, os desembargadores José Roberto Lino Machado e o 2.º vice-presidente da APAMAGIS, José Araldo da Costa Telles serão suplentes.

O valor da dedicação

Magistratura paulista reconhece trabalho de três personalidades pela Justiça

A relevante contribuição prestada à cultura jurídica e ao Poder Judiciário rendeu à cientista política e professora Maria Teresa Sadek, ao vice-governador de São Paulo, também professor, Cláudio Lembo e ao advogado Raif Kurban o Colar do Mérito Judiciário do Tribunal do Estado. A cerimônia de entrega das comendas foi realizada no último dia 23 de junho. E foi conduzida pelo presidente da Corte, des. Luiz Elias Tâmbara no Salão Ministro Costa Manso no Palácio da Justiça.

Em seu discurso o advogado Raif Kurban disse que a sociedade não imagina quão árduo é o trabalho dos tribunais, do Ministério Público e dos advogados. Maria Sadek, que atua com os desembargadores Caetano Lagrasta e Kazuo Watanabe, no Centro Bra-

sileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais — CEBEPEJ —, lembrou a importância da pesquisa para se conhecer a Justiça. “Nossos ob-

O vice-governador disse “que o Poder Judiciário de São Paulo é modelo e seus magistrados demonstram vocação de conferir

por contar com magistrados qualificados e servidores atentos. “De minha parte, dedicarei esforços na busca de conferir condições de trabalho para a atividade da Justiça”, afirmou Lembo.

JR/TJ

“Fico feliz por ter sido na minha gestão que o Tribunal outorgou os três”, declarou o des. Luiz Elias Tâmbara, referindo-se às condecorações. Segundo ele, Cláudio Lembo reserva ética e moral no Estado de São Paulo como professor e como político. Com relação à professora Maria Teresa Sadek, Tâmbara disse “que é importante para os juízes saber que

há análise isenta das falhas para serem corrigidas e daquilo que fazemos acertadamente”. Para homenagear Raif Kurban, o presidente elogiou o curriculum e o caráter do advogado.



Da esq. para a direita, Cláudio Lembo e sua esposa; Maria Sadek e sua mãe; Raif Kurban e sua esposa

jetivos no CEBEPEJ têm sido conhecer o Judiciário, reconhecer pontos críticos e contribuir de forma positiva para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional”, afirmou ela.

justiça isenta e geradora de precedentes para as demais judicaturas”. Ele afirmou, ainda, estar convicto de que a Justiça paulista será capaz de reduzir os feitos processuais,

APOIO



Associação Paulista de Magistrados

CICLO DE PALESTRAS

“FOMENTANDO O DIREITO”

ORGANIZAÇÃO



DE 9 A 11 DE SETEMBRO DE 2005
HOTEL THE ROYAL PALM PLAZA – CAMPINAS – SP

ATENÇÃO: 200 APARTAMENTOS DUPLOS, PARA JUÍZES ASSOCIADOS, COM HOSPEDAGEM E REFEIÇÕES INSCRIÇÕES ABERTAS A PARTIR DE 25/07 NA SECRETARIA DA APAMAGIS – (11) 32411288

Para toda a vida

Juízes e juízas aprovados no concurso de 2003 conquistam a vitaliciedade



Juízes do 174.º concurso da magistratura são vitaliciados no TJ/SP

Dois anos depois de serem empossados, os juízes aprovados no 174.º concurso de ingresso na magistratura foram vitaliciados, no último dia 13 de junho, pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Luiz Elias Tâmbara. A cerimônia foi realizada no Salão Ministro Costa Manso - mesmo local onde foram empossados como juizes substitutos.

Compuseram a mesa as autoridades: des. Luiz Elias Tâmbara; des. Olavo Camargo Silveira; des. Jarbas João Coimbra Mazzoni, 2.º vice-presidente do TJ, des. Ralpo Castro de Lima Oliveira e o des. Marco César Muller Valente, respectivamente membros da comissão do 174.º concurso de ingresso na magistratura; Nagashi

Furukawa, secretário de Estado da Administração Penitenciária; des. Roberto Antonio Vallim Bellocchi, corregedor-geral da Justiça, em exercício; des. Alvaro Lazzarini, presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da Ordem dos Advogados - Seção São Paulo; e o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira, também membro da comissão do 174.º concurso de ingresso na magistratura.

O desembargador Olavo Camargo Silveira, presidente da comissão do concurso 174.º, saudou os juizes em nome do Tribunal de Justiça. Na oportunidade, o magistrado disse aos colegas: "o mundo não aceita e não tolera a omissão dos juizes". Para ele "os ataques aos magistrados, na maioria das ve-

zes, são demagogos, com o objetivo de encobrir outras realidades. Mas, apesar de tudo, o Poder Judiciário é a grande e última fortaleza da nacionalidade". Olavo também lembrou aos juizes que "a nação confia neles. Certos de que da atuação dos mesmos — livre, corajosa e correta — dependerá a construção de uma pátria livre e soberana".

O presidente do Tribunal de Justiça alertou aos colegas que a magistratura passa por um momento difícil, no qual muito se espera do juiz, lembrando-os que a magistratura paulista depende do trabalho deles. "Tenham sempre presentes na memória que os senhores são o espelho da sociedade e tenho certeza de que vão corresponder a isso", afirmou Tâmbara.

Os novos integrantes do Tribunal

No mês de maio passado, foram realizadas duas cerimônias de posse para o cargo de desembargador no Tribunal de Justiça de São Paulo. O presidente do TJ, des. Luiz Elias Tâmbara presidiu as duas cerimônias, que empossou os juizes: Jurandir de Sousa Oliveira, José Cardoso Neto, Décio Leme de Campos Júnior, Carlos Eduardo Donegá Morandini, Willian Roberto de Campos, José Mauro Rodrigues Novaes, Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior, Antonio Carlos Machado de Andrade, Artur Cesar Baretta da Silveira, Antonio Benedito Ribeiro Pinto, Antonio Carlos Vieira de Moraes, Paulo Dias de Moura Ribeiro, Gilberto Pinto dos Santos, Walter Antonio Zeni, Ricardo Cintra Torres de Carvalho, Thales Estanislau do Amaral Sobrinho, José Raul Gavião de Almeida, Cláudio Antonio Soares Levada e Constança Gonzaga Junqueira de Mesquita, Carlos Roberto Petroni, Ulisses do Valle Oliveira Ramos, Teresa Cristina Motta Ramos Marques e Franco Oliveira Cocuzza.

E no dia 30 de junho, o des. Luiz Elias Tâmbara empossou para o cargo de desembargador: Thiers Fernandes Lobo, Walter Pinto da Fonseca Filho e Ana de Lourdes C. Silva Pistilli, oriundos do 5.º constitucional pelo Ministério Público.

Nas três ocasiões, autoridades dos três Poderes estiverem presentes para prestigiar os eventos e cumprimentar os empossados.

Assassinos econômicos são profissionais altamente remunerados cujo trabalho é lesar países de todo o mundo, desviando recursos da ordem de trilhões de dólares. Entre seus instrumentos de trabalho incluem-se relatórios adulterados, pleitos eleitorais fraudulentos, subornos, extorsões, sexo e assassinato.

John Perkins

Introdução

A Reforma do Judiciário serviu também aos anseios das entidades financeiras mundiais, visando especificamente a rapidez da execução e a garantia de seus créditos e como respaldo a aplicações ou empréstimos, que jamais conseguirão ser quitados, mas que são aceitos por governantes corruptos de países periféricos. Neste sentido, John Perkins (*Confissões de um assassino econômico*, Ed. Cultrix, - 2005) bem demonstra o que existe de promíscuo entre governos, empréstimos e controle dos Poderes de uma Nação, sem contar com as malas, por óbvio. Exemplos adjacentes podem ser colhidos na privatização dos serviços essenciais e em leis como a de parceria Público-Privada e mesmo a de recuperação de empresas. Cabe neste passo lembrar o que foi vivenciado pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ) quando - ao atender solicitação do Banco Mundial para pesquisar ações de execução e monitoria e feitos relativos às Fazendas Públicas - apresentou relatórios parciais, rapidamente interpretados pelo Banco, à luz do nosso CPC, aliás, como se fosse este um breviário ou uma cartilha para iniciantes, e que conduziram a conclusões distorcidas, imediatamente encaminhadas por

aquele instituição ao Ministro Palocci, sem que pudesse o CEBEPEJ submetê-los a rigorosa finalização. O que ia de encontro ao que desejavam as instituições financeiras: justiça rápida para os credores, contrariando a realidade dos dados, que se dirigiam à busca de uma Justiça célere para todos os cidadãos, mas que talvez acabou servindo de base, até hoje, aos precários relatórios apregoados pelo Ministério da Justiça, secundado, pasme-se, pelo STF.

I - Inferno Astral

Desde logo, anote-se que a partir destas considerações não se está a pretender imputar culpa a outras instituições ou pessoas. Admite-se que o Judiciário paulista há tempos entrou em colapso, por padeecer de uma racionalização de seus serviços e de um orçamento adaptado às suas reais necessidades, inclusive que lhe permitisse preencher as vagas funcionais ou informatizar suas atividades, além da efetiva profissionalização de sua Escola de magistrados, inclusive no preparo de juizes administradores. O acesso a uma ordem jurídica justa, ante a estruturação precária dos Juizados Especiais inviabilizou o sistema, que não foi capaz de acompanhar o crescimento da *litigiosidade reprimida* e a utilização banalizada dos recursos, com prejuízo ao exercício da advocacia e promovendo a quebra da ordem institucional.

O número de agravos - capaz de impedir o imediato julgamento das apelações - e a precária independência financeira fazem pensar que a Reforma teria vindo contra o Poder Judiciário, especificamente o de nosso Estado, a partir de um grave dilema: como um dos Judiciários mais operosos e acessíveis,

acaba por tornar-se o mais lento do país?

Será eficaz e razoável a distribuição imediata de todo o acervo de recursos represados, sem impedir o crescimento percentual de executivos fiscais (nos 13 milhões de feitos distribuídos em 2004, 48% referem-se a esta matéria), ao menos em nosso Estado, sem contar precatórios e outras execuções, onde surgem como litigantes exemplares: o Executivo, as autarquias e os bancos?

A distribuição de todo o acervo representa em médio prazo a mudança de local do depósito? Como será possível controlar os prazos da remessa de feitos à Mesa de Julgamento, sem cair na armadilha da produção massificada e sem qualidade, escondida sob a capa da falsa produtividade, e que afaste os percalços da corrupção ou da leniência, tudo em prejuízo da Instituição, das partes e dos advogados?

Mais a mais, porque não obrigar governos estaduais renitentes, como o nosso, à instalação da Defensoria Pública ou que, pelo menos, amplie o convênio de assistência judiciária, fonte de sobrevivência para muitos advogados, permitida a retribuição, também nos meios alternativos de solução de litígios, como a Mediação?

II - A tartaruga e o paquiderme

Substituiu-se a tartaruga pelo paquiderme. Um tribunal de 360 desembargadores com a mesma estrutura física, agora esparramada por prédios distantes; déficit funcional de 10.000 cargos vagos; incipiente informatização, obrigada ao auxílio comprometedor de instituição bancária; reforma administrativa, finalmente iniciada, além de um sistema de eleição de sua cúpula, fincado

no anterior, absolutamente defasado, dentre outros, surgem como alguns dos empecilhos à transformação imediata e que, sem condenar à morte os juizes, promova a verdadeira reforma. Ademais, surge como absolutamente desprovida de bom senso ou cientificismo qualquer comparação com outros Estados, a partir de dados não confiáveis, manuseados ao bel-prazer de ministérios, tribunais superiores ou instituições financeiras mundiais ou locais.

Conclusão

Da Reforma também não se extrai incentivo a iniciativas como a do Provimento 893/04 (Mediação e Gerenciamento de Casos), capaz de impedir sentenças e novos recursos e cuja importância merece apenas um exemplo: no setor de mediação de 2o grau, desde a criação em 2003 o percentual de conciliações atingiu 48%, sendo que neste ano de 2005 sobe para 52%.

Será que toda a responsabilidade é apenas de São Paulo e de seus juizes, como se aqui se localizasse o câncer que se espalha por todo o sistema público brasileiro?

E, por fim, a derradeira indagação: através de quais estatísticas se pretende explicar o dilema do Estado mais operoso que seja também o menos célere? Espera-se que não através daquelas utilizadas pelo Supremo Tribunal Federal no risível diagnóstico que apresenta o Estado do Ceará como sendo superior em produtividade ao de São Paulo.

Caetano Lagrasta
Desembargador e 1º Vice-Presidente do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais

artigo

Domingos Franciulli Netto
Ministro do Superior Tribunal
de Justiça e autor do livro
“A prestação jurisdicional –
o ideal idealíssimo, o ideal
realizável e o processo de
resultados”

Ao entardecer de minha carreira, prestes a findar-se por força da aposentadoria compulsória, vejo com certo espanto e alguma amargura a mudança que houve na magistratura de uns tempos a esta parte.

Recordo-me dos tempos felizes em que ser juiz era um cargo e uma honraria bastantes em si, não por orgulho, mas por vocação cumprida e satisfeita.

Lembro-me da indignação – e por que não dizer tristeza – que causou para boa parte da magistratura paulista a atitude de um desembargador que se aposentara para ser secretário de governo estadual. Depois a moda quase pegou, uma vez que alguns poucos seguiram a mesma trilha até para servirem governos municipais. Nada tenho contra a importância e dignidade desses cargos, mas, sem nunca ter sofrido de “juizite”, para minha satisfação pessoal, a maioria vocacionada continuou fiel à toga.

Os tempos foram evoluindo (ou involuindo) e eis senão quando alguns nem precisam mais se aposentar para incursionarem no executivo e no

legislativo sem maiores cerimônias e chegam até a ditar cátedra, bem como pensam ensinar como a coisa deve ser feita.

Fui dormir com essas conjecturas na cabeça e acabei sonhando com Montesquieu. O sonho sonhado foi ou pareceu ser comido, daí a razão do resumo que se segue.

Montesquieu, dizendo-se estupefato com o que estava acontecendo em Brasília e alhures, começou por me perguntar se sua obra havia chegado ao Brasil e se era conhecida, a que respondi “sim”, tanto que a tripartição de po-

“... Em um país onde havia até bancada em tribunal tudo era possível.”

deres, alicerçada em “O Espírito das Leis”, estava tradicionalmente consagrada em nossas constituições. Na atual, aliás, insculpida no art. 2º, acerca dos princípios fundamentais: são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, princípio nem sequer suscetível de ser abolido por emenda (art. 60, § 4º, III).

A única exceção ao princípio da independência dos poderes, ao que parece, atalhei, deu-se com a Constituição de novembro de 1937, a rigor, verdadeira Carta outorgada por Getúlio Vargas, apeli-

dada de “Polaca”, por Assis Chateaubriand.

Montesquieu, curioso no particular, quis saber a razão do estigma.

A duras penas procurei explicar que, segundo alguns, era por ter sido inspirada na Carta Política da Polônia, fruto do Golpe de Estado de 1921. Para outros, contudo, Francisco Campos (o “Chico Ciência”), o jurista de Getúlio, ter-se-ia servido da malograda Constituição de Weimar (1919), da Carta de Trabalho da Itália de Mussolini e da Constituição portuguesa de 1933.

Endossa essa última versão o saudoso desembargador do TJSP, Emeric Lévy, historiador do Direito, uma vez que a Carta polonesa, revista em 1926, tornou-se democrática (cf. *site* do TJSP, www.tj.sp.gov.br).

Prosseguindo, indagou-me o barão se por uma deturpação vernácula, em português, por acaso, “harmônico” e “promíscuo” não queriam dizer a mesma coisa, única explicação que ele encontrava para certas condutas de altos próceres do Judiciário brasileiro.

– Até onde sei, Charles – a essa altura do sonho era como se fôssemos amigos desde criancinha –, ninguém medianamente instruído faz semelhante confusão.

Então, Montesquieu, com ares agora de Sherlock Holmes, concluiu que só podia estar acontecendo uma coisa: essas preclaras

autoridades estavam confundindo-o com o Nicolau. Nicolau Maquiavel, para quem, em se tratando de poder, todas as artimanhas são válidas.

Já um tanto desolado, quis saber se eram tais mandatários chegados às letras, pois nos idos do século XVIII penoso lhe fora contrariar aqueles que, por ciência humana ou por invocação divina, defendiam ser a soberania e, portanto, o poder, uno e indivisível.

Elucidar esse aspecto não me foi difícil, pois são letrados sim; não poucos hauriram seu saber das fontes límpidas de Darcy Azambuja e Ruy Cirne Lima, entre outros, daí por que “o buraco não estava aí, só não sei se estava mais em cima ou mais em baixo”.

Tenho a impressão de ter ouvido um sussurro de meu ilustre interlocutor, ao balbuciar que em um país onde havia até bancada em tribunal tudo era possível.

Disse-lhe por derradeiro se deveria acordar deixando toda a esperança de fora, consoante a inscrição da porta do inferno de Dante. Conquanto visivelmente enraivecido com o que estava vendo em nosso País, Charles-Louis de Secondat escusou-se de responder, sob a alegação de que entendido no assunto era Maquiavel.

“La libertad del novo Mundo es la esperanza del Universo”

(Bolívar)

Kenarik Boujikian

Felippe

Juíza de Direito em São Paulo e ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia

Em outubro de 2003 foi realizado o Seminário sobre Independência Judicial na América Latina, no Equador, centro da Terra, país que resume todos os atributos da nossa América Latina.

De forma freqüente e equivocada a independência judicial é pensada como um benefício do magistrado, mas por óbvio, não pode ser isto. Independência judicial é o outro nome da garantia dos direitos humanos e da democracia e deve ser preservada para que o Judiciário cumpra seu papel de guardião da Constituição.

Ensina Eugênio Raul Zaffaroni que a independência judicial é a garantia que “o magistrado não estará submetido às pressões de poderes externos à própria magistratura, mas também implica a segurança de que o juiz não sofrerá as pressões dos órgãos colegiados da própria magistratu-

ra”. Fábio Konder Comparato nos diz que a independência judicial refere-se ao “fato de que os juízes, individualmente, e o Judiciário, como órgão estatal, não estão subordinados a nenhum outro Poder do Estado, mas vinculam-se sempre, diretamente, ao povo soberano... é um mecanismo de proteção dos Poderes Públicos destinados a proteger os direitos fundamentais da pessoa humana”.

Com essas premissas, não podemos deixar de constatar a fragilidade desta garantia para os cidadãos latino-americanos e, portanto, da democracia, especialmente abalada no Equador, em função dos atos dos três Poderes.

Em janeiro de 2005, em Porto Alegre, realizou-se o Fórum Mundial de Juízes, dentro da programação do Fórum Social Mundial, sob a coordenação do magistrado João Ricardo Costa. Juízes de diversos países puderam melhor conhecer os problemas que afligem a democracia latino-americana, as violações da independência judicial, de toda ordem, de várias formas, em diversos países e também

no Equador, pelo relato da delegação deste país, coordenada pelo juiz Carlos Poveda Moreno, juiz penal de Cotopaxi, o que levou os participantes do fórum a apresentar moção de apoio pela independência judicial, gravemente ferida.

Parcela dos juízes equatorianos refletiam sobre o grau de legitimidade da magistratu-

“No dia 9 de dezembro afasta 27 juízes da Corte Suprema retirados do prédio com o uso de força policial.”

ra levando em conta a falta de comprometimento do Poder com os cidadãos na execução dos serviços próprios de Justiça, bem como sobre a necessidade de modificação na estrutura do Poder, na forma de ingresso, entre outras graves deficiências.

Em 2004, o então presidente Lúcio Gutiérrez convoca extraordinariamente o Poder Legislativo para analisar e resolver a situação jurídica e constitucional da função judicial. É o marco do atentado à ordem democrática.

O Congresso Nacional começa a sessão extraordinária no dia 8

de dezembro e atua, ao arrepio da Constituição, de forma geral e não sobre pontos específicos. No dia 9 de dezembro afasta vinte e sete dos trinta e um juízes da Corte Suprema, que são advertidos de que serão retirados do prédio com uso de força policial. Determina que em um prazo de no máximo quinze dias se reestruturará a composição do Conselho Nacional da Magistratura que, por sua vez, fará os encaminhamentos para a nomeação do

novo chefe do Ministério Público e dos demais ministros das Cortes Superiores.

Conclui-se, pois, que o Poder Executivo quer concentrar todos os Poderes em suas mãos, ferindo os princípios que regem um país democrático, o que aprofunda a crise institucional já aflorada no campo social, econômico e político, tendo em vista o não-cumprimento das promessas eleitorais do então presidente.

Vale destacar que a violação ao princípio era tão patente que, em 13 de janeiro deste



ano, o presidente da Corte Suprema, Ramón Rodríguez, renunciou ao cargo para o qual fora recentemente nomeado. Conforme consta da sua carta de renúncia, havia pressões relativas às designações dos ministros das Cortes Superiores e ele se mostrava contrário a uma resolução do pleno deste Tribunal que proibia a publicação das listas dos indicados para que a sociedade civil se pronunciasse sobre a candidatura.

Os desdobramentos da crise levaram à presença do relator especial da Organização das Nações Unidas sobre a independência de magistrados e advogados, Leandro Despouy, ao Equador, no mês de março deste ano. Logo após a visita, tendo em vista a gravidade da crise, em caráter preliminar, já relata que é imperativo o restabelecimento do Estado de Direito e aponta como cerne da crise a destituição e nomeação dos novos magistrados para a Corte Suprema, Corte Constitucional e Tribunal Superior Eleitoral.

O relator especial recomenda que os

responsáveis pela crise tomem medidas para corrigir a situação gerada pela remoção e designação dos magistrados e, assim, restabelecer a ordem democrática, que somente poderá ocorrer com elementos mínimos para composição das cortes, tais como: independência dos juizes; procedimento pelo qual os cargos

“... a independência da judicatura deve ser garantida pelo Estado”

vagos sejam preenchidos por eleição, nos termos da lei; sistema de nomeação de juizes que garanta a capacidade e probidade para o exercício do cargo e que o processo seja transparente, permitindo a participação dos cidadãos.

De longa data, os instrumentos internacionais afirmam que a independência judicial é requisito essencial do Estado de Direito e da democracia. O Equador e o Brasil são signatários desses documentos e expressaram, perante a comunidade internacional, o compromisso de garantir a independência do sistema judicial. Confirma-se o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966.

No Sétimo Congresso das Nações Unidas, realizado em agosto de 1985, o tema mereceu especial destaque, oportunidade na qual a ONU adotou os princípios básicos relativos à independência judicial. Destacou entre outros princípios que a independência da judicatura deve ser garantida pelo Estado; que todas as instituições governamentais e de outra natureza devem respeitar e acatar o princípio de independência; que é necessário que os

julgamentos sejam realizados sem pressões, ameaças, intromissões, aliciamentos; que todas as pessoas têm o direito de julgamento com obediência às normas procedimentais; que se garantirá a inamovibilidade dos magistrados; que os juizes, assim como os demais cidadãos, gozam da liberdade de expressão, associação, crença e reunião, preservando a dignidade de suas funções e a imparcialidade e independência da judicatura; cada Estado membro proporcionará recursos adequados para que a judicatura possa desempenhar devidamente as suas funções.

Observando exclusivamente este último item, podemos afirmar

que na América Latina todos os jurisdicionados padecem pelo descumprimento dessa norma. Os Estados membros não se empenham para que a jurisdição seja concretizada de forma adequada, afora o grande problema do acesso à Justiça (em São Paulo, não há Defensoria Pública até hoje, embora nossa Constituição Federal seja de 1988!).

Os fatos, de um modo ou de outro, se repetem em toda a América Latina. Presidentes eleitos em razão de uma plataforma viram as costas para o que é devido. O povo, das mais variadas formas, dá a resposta. Certamente cobrará o que lhe cabe e, nesta medida, não será possível que venham a se esconder em outros países.

Neste momento, imaginei, como Eduardo Galeano, que a América fosse uma mulher sussurrando seus segredos, os atos de amor e de violação que a criaram. Ouço que ela diz que o povo equatoriano está construindo a democracia e que a balança da Justiça deve ter o seu maior peso no prato da liberdade e da razão, única forma possível do triunfo sobre a força econômica.

PREVENÇÃO DA OSTEOPOROSE

Dr. Ulysses Guerra
Luz Júnior
Médico do Servidor do Ministério
da Saúde em São Paulo
Fone : 3812 6611

Osteoporose pode ser definida como uma diminuição da massa óssea, associada à deterioração da micro-arquitetura do tecido ósseo, levando a um aumento da fragilidade óssea, com maior risco de fraturas. O tecido ósseo não é estático, é um tecido vivo que apresenta fases de formação e reabsorção. Geralmente na osteoporose ocorre aumento da reabsorção óssea com formação óssea normal. A perda maior ocorre em ossos chatos (chamados trabeculares) como vértebras, fêmur proximal e rádio distal e o resultado final é o aumento de fraturas destes ossos, mesmo com traumas mínimos, como os que ocorrem normalmente na rotina diária. Durante a vida, as mulheres perdem 50% do osso trabecular e 30% do cortical (osso longo) e os homens 25-30% de cada um.

A osteoporose primária (não devida a outras doenças) geralmente é decorrente da menopausa, causada pela falta de estrógenos (hormônio feminino) e pelo envelhecimento. No sexo masculino geralmente está associada à falta de hormônio masculino e ao alcoolismo. Como fator importante nos dois sexos, temos o uso prolongado de corticosteróides (cortisona).

Para entendermos melhor a gravidade desta patologia, devemos lembrar que 5 a 20% dos que fraturam o colo de fêmur morrerão em 1 ano (por trombose, embolia pulmonar, pneumonia etc.) e até 50% vi-

verão incapacitados. Acredita-se que uma mulher com 50 anos de idade tem 40% de risco em apresentar, no futuro, uma fratura por osteoporose.

O paciente com osteoporose, de modo geral, não sente nada, a não ser que frature um osso, quadro que produzirá dor súbita e forte no local da fratura. Sinais de alerta que podem ser observados, incluem diminuição da altura e aumento da cifose dorsal (corcunda).

Toda mulher, após a menopausa, e todo homem, a partir de 60 anos, devem procurar orientação médica a este respeito.

Várias medidas podem ser adotadas para a prevenção da osteoporose:

- Manter uma ingestão adequada de cálcio – leite, queijo, iogurte, nozes, sardinha, vegetais de folhas verdes.
- Praticar esportes 30 minutos por dia – esportes com ação da gravidade como caminhada, corrida, tênis, dança ajudam muito. O benefício da natação e hidroginástica é um pouco menor.
- Tomar sol 15 minutos por dia – a vitamina pró-vitamina D se transforma em vitamina D na pele sob a ação da luz solar.
- Evitar fumo e álcool.
- Diminuir a ingestão de café, se excessiva.
- Reposição hormonal em mulheres após a menopausa em casos selecionados.
- Suplementação de vitamina D em idosos.

Com relação à prevenção de fraturas, o mais importante é evitar quedas e neste sentido devemos nos preocupar basicamente em manter uma

boa visão, audição, equilíbrio e força muscular dos pacientes, o que pode ser conseguido através de medidas relativamente simples como:

- Consultas rotineiras ao oftalmologista e ambientes bem iluminados.
- Consultas rotineiras ao otorrinolaringologista e prótese auditiva, se necessária.
- Prática de exercícios regulares ou tratamento fisioterápico para fortalecimento muscular.
- Evitar tranqüilizantes e indutores de sono.
- Usar calçados com solado de borracha e evitar salto alto.
- Eliminar tapetes não fixos e retirar fios de luz e de telefone do caminho, para evitar tropeços.
- Usar tapetes antiderrapantes em banheiros e ambientes úmidos.
- Instalar corrimãos e materiais antiderrapantes em degraus de escadas.
- Uso de short com bolsos laterais acolchoados (sobre as faces laterais das coxas) que passam a funcionar como almofadas, diminuindo assim o risco de fratura de colo de fêmur.

CARTAS

Brasília, 20 de abril de 2005.

*Meu caro Limongi,
Recebi cópia de tua entrevista,
que já havia lido no jornal
Estado de São Paulo.*

*Parabéns mais uma vez pela
defesa da classe.*

*Um grande abraço,
Paulo Gallotti
Ministro do STJ*

FUNDAÇÃO DA FRATERNIDADE JUDICIÁRIA

Há quinze anos, a Fundação direciona suas atividades e ações aos funcionários do Poder Judiciário paulista, de menor poder aquisitivo, visando resgatar a cidadania e dignidade nas diversas frentes - social, jurídica e financeira -, em caráter educacional e preventivo, criando condições básicas para a promoção humana.

Uma das importantes realizações foi o convênio firmado com a Presidência do Tribunal de Justiça que, mediante contratação de empresa especializada em perícias médicas, faz o acompanhamento de processos de licença médica e readaptações de funcionários. Essa parceria possibilita o retorno do servidor capacitado ao trabalho, melhorando sua auto-estima, bem como qualifica a prestação de serviços ao cidadão. Outra ação é a concessão de auxílio funeral quando dependentes de funcionários vêm a falecer; 50 bolsas universitárias anuais aos funcionários; auxílio saúde para compra de medicamentos, próteses oculares, aparelhos auditivos, cadeiras de rodas etc.

Temos também atendimento jurídico gratuito para os funcionários que residem na capital (causa cível e família); palestras com temas diversos, como por exemplo: Como Lidar com as Dívidas; Auto-Estima; Comunicação e Sucesso no Trabalho.

Venha fazer parte desse universo, para melhorar nosso ambiente de trabalho, auxiliando os funcionários mais carentes.

Acesse o site:

www.fundacaojudiciaria.org.br

José Roberto de Vasconcellos
Presidente da Diretoria Executiva

Associação prepara Departamento

A diretoria da Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS) reuniu-se na manhã do dia 21 de junho com um grupo de pensionistas para discutir a criação do Departamento de Pensionistas da entidade. A iniciativa busca orientar e apoiar as viúvas de associados, de forma institucional, no encaminhamento das pensões e da regularização de benefícios.

Esse é o segundo passo do processo, que implica na alteração do Estatuto da Associação que definirá a criação do Departamento, prevista para o segundo semestre do ano. Na primeira reunião, realizada no dia 14 do mesmo mês, as pensionistas expuseram as dificul-

dades de obtenção da pensão, sobretudo no caso de haver filhos menores de idade.

Naquele encontro, o diretor-secretário da APAMAGIS, Cláudio Gracioto, informou às pensionistas presentes que é intenção do presidente da entidade, des. Celso Luiz Limongi, criar o Departamento de Pensionistas para oferecer esse tipo de apoio, importante em um momento difícil de suas vidas.

No dia seguinte à primeira reunião, o desembargador enviou ofício à Superintendência do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp), solicitando a relação de nomes e endereços de todas as pensionistas da magistratura no

estado. De posse do documento, a Associação terá mais facilidade em divulgar a criação do novo Departamento quando ele estiver devidamente estruturado e apto a prestar seus serviços.

Na última reunião, o diretor-adjunto de Convênios da APAMAGIS, Eduardo Francisco Marcondes, incentivou as pensionistas a irem trabalhando na estruturação do Departamento. Assim, ele estará pronto para entrar em funcionamento quando for aprovada a alteração estatutária prevenindo sua criação. A idéia é basear-se no modelo do Departamento Feminino, que funciona na sede social.

NOVOS CONVÊNIOS

O Departamento de Convênios da APAMAGIS celebrou no mês passado mais três parcerias para beneficiar os juizes associados. Desde o começo de junho, as empresas Pharmácia de Manipulação Drogamérica e a Clínica Personna-Perduccere estão à disposição para oferecer assistência farmacêutica e corporal para os magistrados e seus familiares.

Na Pharmácia Drogamérica a redução nos preços pode chegar a 20%, nas fórmulas manipuladas, medicamentos, vitaminas e cosméticos importados. Já na clínica Personna, especializada em medicina anti-obesidade, antienvelhecimento e rejuvenescimento, o abatimento varia de acordo com a forma de pagamento.

O terceiro convênio firmado pela Associação é com a nutricionista Alessandra Escorcio Rodrigues que, a partir de agora, atenderá os associados com 30% de desconto.

Para usufruir o benefício, os interessados deverão se identificar no consultório da profissional, na alameda Joaquim Eugênio de Lima, 881/conj. 410, com a carteira da Associação. O desconto na consulta é extensivo aos dependentes dos associados.

Vale lembrar que essas parcerias fazem parte dos convênios que a diretoria da APAMAGIS tem firmado para oferecer aos associados um atendimento diferenciado.

14.^a EXCURSÃO

Porto de Galinhas (Semana do Saco Cheio) 9 a 16 de outubro

A Coordenadoria Regional de Ribeirão Preto está realizando a sua 14.^a excursão, no período de 9 a 16 de outubro do corrente ano, para Porto de Galinhas, no Venta Club Serrambi, localizado a 60 km de Recife. O Resort é do tipo "all inclusive", com café da manhã, almoço, jantar e bebidas incluídas no preço do pacote. O Hotel dispõe de piscinas, equipe de recreação, bar na piscina e na praia, quadras de vôlei, tênis e paddle, sala de jogos, saunas seca e a vapor, campo de futebol society, restaurante e lojas. Para conhecer as instalações do Resort e obter maiores informações é só acessar o site www.ventaclub.com.br

Os preços e condições de pagamento são para saída de São Paulo. Para o embarque em Ribeirão Preto, estamos aguardando negociações entre a CVC e a TAM — Companhias Aéreas de Turismo — havendo possibilidade de não ocorrer alteração no preço. Caso não haja acordo, haverá cobrança de uma diferença para pagamento das despesas do pouso do avião na cidade. Os horários dos vôos serão comunicados posteriormente e a aeronave será do tipo AIRBUS.

PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO POR PESSOA

APTO DUPLO	R\$ 2.028,00
APTO TRIPLO	R\$ 1.968,00
APTO INDIVIDUAL	R\$ 2.418,00
APTO QUÁDRUPLO	SOB CONSULTA

CRIANÇA ATÉ 2 ANOS INCOMPLETOS
C/ 2 ADULTOS NO APTO R\$ 184,00

CRIANÇA ATÉ 2 E 3 ANOS INCOMPLETOS
C/ 2 ADULTOS NO APTO R\$ 928,00

CRIANÇA DE 4/12 ANOS
C/ 2 ADULTOS NO APTO R\$ 1.478,00

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

À VISTA	10% DE DESCONTO
EM 5 VEZES	5% DE DESCONTO
EM 10 VEZES	20% ENTRADA + NOVE PARCELAS IGUAIS SEM JUROS
TAXA DE EMBARQUE	R\$ 20,16

Reservas em Ribeirão Preto na CVC Turismo, com Nelson Simões, pelos telefones: (16) 2101-0048/2101-0054, ou ainda, pelo e-mail: nelson@cvc.com.br. Outras informações poderão ser fornecidas na Coordenadoria Regional da APAMAGIS de Ribeirão Preto, pelos telefones: (16) 629- 3036/629 0004 ramal 223, com Simone/ Milena.

Associação Paulista de Magistrados - Coordenadoria Regional – Ribeirão Preto



Dia de alegria

No dia 26 de junho, nossos associados puderam desfrutar de muita comida, bebida e brincadeiras no Arraiá da APAMAGIS (foto), organizado pelo departamento feminino da Associação. Realizado na sede social, contou com a presença não só de nossos associados, mas também de suas famílias, inclusive da criançada que se divertiu muito em brincadeiras como argola, peixinho e a toca do coelho.

Ao fim da festa, Maria Estela César Shiesari, filha do desembargador Nelson Shiesari, foi contemplada com um DVD Player. Foram sorteadas também, duas estadias para um final de semana, com direito à acompanhante, para a colônia de Campos do Jordão. Os sorteados foram Ana Carolina Silveira Pantaleão, filha do des. Hamilton Eliot Akel, e o juiz Samuel Francisco Moura Neto

Fim de semana agitado na sede social

A APAMAGIS agitou sua sede social em junho passado com três grandes eventos, todos no mesmo fim de semana. O primeiro foi o *Happy hour* com música ao vivo no dia 10, sexta-feira. No sábado e no domingo foi a vez do Feirão de veículos e de produtos eletroeletrônicos, que contou com a presença de muitos associados, inclusive dos aposentados.

Na noite do mesmo sábado aconteceu o baile do dia dos namorados (foto) para marcar a data. Cerca de 240 pessoas se divertiram ao som do Dj Marcos Garisio, da *FC Entertainment*, que animou a festa. O juiz José Manoel França foi contemplado com um aparelho de CD original, sorteado na ocasião.



APAMAGIS volta a vencer torneio de tênis

A equipe de tênis da APAMAGIS, composta pelos juízes Alessandro Viana Vieira Paula, Carlos Augusto de Santi Ribeiro, João Battaus Neto, Leandro Jorge Bittencourt Cano, Luiz Alberto Moro Cavalcante, Mário Rubens Assumpção Filho, Paulo Eduardo de Almeida Sorci e Venício Antônio de Paula Salles, conquistou três troféus de campeão e dois de vice-campeão.

A 5.^a Copa de Tênis Sudeste-Centro-Oeste foi realizada em Itaipava - Rio de Janeiro, entre os dias 24, 25 e 26 de junho último.

O jogador paulista Venício Salles, destaque da equipe paulista garantiu o título de campeão na categoria de 40 até 49 anos. Marcel Machado, do Rio de Janeiro ficou com troféu de vice-campeão. Alessandro

da equipe da APAMAGIS, em uma final emocionante, derrotou o carioca Breno Mascarenhas, sagrando-se campeão da categoria de 39 anos, a mais forte do evento.

Na categoria "Duplas", que teve a participação de todos os tenistas, a final foi disputada entre juízes da equipe da APAMAGIS. Venício Salles e Mário Rubens foram os vencedores.

Jairo, do Rio de Janeiro, sagrou-se vencedor. O diretor do Departamento de Esportes, Moro Cavalcante ficou com o título de vice-campeão da categoria de 50 até 59 anos.

O mineiro Jurandir Afonso sagrou-se campeão na categoria acima de 60 anos. O título de vice-campeão ficou com Gerson, do Estado do Mato Grosso.

Dia das mães na APAMAGIS

As integrantes do Departamento Feminino da APAMAGIS prepararam uma homenagem às mães, no dia 8 de maio passado, que foram presenteadas com rosas de chocolate. Houve também a

tradicional festa das aniversariantes dos meses de maio e junho. As doações feitas nas comemorações beneficiarão entidades carentes. Os três eventos foram realizados na sede social da Associação.

CAIO GRACCHO

Zazoeira

O Túlio estava sentado na última mesa do bar. Lá no fundo. Cabelos desgrenhados, cotovelos apoiados no tampo, as mãos tapando os ouvidos, como se tentasse não deixar o pensamento fugir. À sua frente, o copo de chope, ainda com a espuma escorrendo. Foi quando chegou o Gaúcho, puxando uma cadeira: “E aí, Túlio. Tudo em riba?. Há quantos anos, meu?”. O Túlio, impávido colosso (ele era gordo), resmungou: “É. Faz tempo que a gente não se vê. E você não sabe da maior!” O amigo não sabia mesmo e perguntou o que havia acontecido. “Eu descobri que eu sou o meu avô!” Espantado, o Gaúcho chamou o garçom, pediu dois chopos de uma vez, e disse: “Bah, tchê! Você começou cedo hoje, hein! Peraí que a gente já empata!” O Túlio não se importou e emendou: “Você conhece a minha mulher, né, a Vivinha?” O companheiro conhecia. “Lógico! A viúva, né, aquela que demorava no elevador porque pedia informação do trajeto pra ascensorista?” Era. “Então. Você sabe que ela já tinha uma filha do primeiro casamento, a Glória, agora minha enteada”. O Gaúcho lembrava. “Pois não é que o meu pai, aquele assanhado, se apaixonou por ela e casou com a moça?! Garçom! Traz mais quatro pra nós!” O amigo não rejeitou a pedido e fez sinal para o Túlio continuar. “Daí, a Vivinha virou sogra do meu pai e a Glorinha virou minha mãe, porque era casada com meu pai, tá ligado?” O Gaúcho estava tentando se ligar. Mas, em princípio, concordava. “E, por consequência, meu pai ficou sendo meu genro!”, concluiu

o Túlio, limpando a espuma que escorria dos lábios. “Puxa, cara...”, tentou ajudar o Gaúcho, interrompido pelo amigo: “Mas, não é só isso não. O meu pai engravidou a Glorinha, que deu à luz o Manfredo. Como a Glória é filha da Vivinha, que tinha virado minha mãe, o Manfredo passou a ser meu irmão e neto da minha mulher. Ou seja, nessa altura, eu já era avô de meu irmão! E, garçom, traz mais quatro!” O Gaúcho estava ficando com saudade dos pampas. Porém, o Túlio não deixou o sentimento invadir o companheiro. “E ainda não é só isso! A minha mulher também engravidou e nasceu o Paráclito que, como irmão de minha mãe, a Glorinha, passou a ser cunhado do meu pai e tio do seu filho. É claro, portanto, que a minha mulher ficou sendo nora de sua própria filha!” Para o Gaúcho já não era tão claro assim. Por isso, pediu mais quatro chopos. Só que escuros dessa vez. “Então, Gaúcho. Você não percebe? Eu fiquei sendo pai da minha mãe, irmão de meu pai e de meus filhos. A minha mulher ficou sendo minha avó, porque ela é mãe da minha mãe. Ora, amigo, se a minha mulher é minha avó e está casada comigo, o marido dela, que sou eu, sou o meu avô! E, por isso, garçom, traz mais três claros e três escuros!” O Gaúcho estava boquiaberto. Não tinha palavras para contestar. Mas, a reprimenda não demorou: “Então, Túlio, você é um sacana!” Surpreso, o amigo quis saber porque. “Ora, meu. Se você é avô de você mesmo, você tá fazendo uma baita sacanagem, trazendo seu neto pra beber! Garçom! Não serve o Túlio e me dá cinco primos... quer dizer cinco chopos!”

Caio Graccho é juiz aposentado e membro da União Brasileira de Escritores

PAULO BOMFIM

O anjo que me acompanha

Em 1972, quando fui a Portugal representando o Brasil nas comemorações do cinquentenário da Semana de Arte Moderna que ali ocorriam, depois de percorrer o caminho das catedrais espanholas acabei aportando a peregrinação em Roma.

Certa noite em que a solidão se debruçava comigo da janela do quarto do hotel, pedi ao porteiro ligação para o Vaticano.

O homem visivelmente perplexo indaga:

- Mas o senhor vai ligar às 10 horas da noite para falar com um cardeal?

- Sim, quero falar com D. Agnelo Rossi.

Minutos depois, feito o interurbano, do outro lado da linha uma voz demonstrando surpresa e preocupação exclama:

- Paulo, você está em Roma, alguma dificuldade?

- Não, D. Agnelo, telefonei só para ouvir sua voz e colocar a saudade em dia.

Meu santo amigo, com sua santa paciência, abençoou minha ousadia e a solidão deixou de me fazer companhia aquela noite.

Voltando para São Paulo, dona Zilda Natel, esposa do governador Laudo Natel, sorrindo comenta o caso:

- Só mesmo você vai a Roma, telefona à noite para o Vaticano e manda chamar um cardeal!

Passados muitos anos, respondo agora:

Sim, mas esse cardeal chamava-se D. Agnelo Rossi. Trazia a mansuetude e a sabedoria no nome que vaticinava seu destino de luz.

Se ele estivesse vivo hoje, eu iria a Roma e pediria à telefonista ligação para o Vaticano para falar com o Papa.

Tenho certeza que sua Santidade atenderia ao chamado dizendo:

- Paulo, você está novamente em dificuldade aqui em Roma?

E eu responderia:

- Não, Santidade, apenas saudade de meu amigo.

Muitos anos mais tarde, visitando com José Renato Nalini e Francisco Rossi, em Helvecia, a capela onde D. Agnelo orava, senti que sua lembrança é anjo que me acompanha.

Paulo Bomfim é poeta, jornalista e decano da Academia Paulista de Letras

Antonio Raphael Silva Salvador
Professor universitário e membro do Conselho Consultivo Orientador e Fiscal da APAMAGIS

Usucapião de Bens Imóveis e Móveis

José Carlos de Moraes Salles
Editora Revista dos Tribunais



Acaba de sair, em sua 6ª edição, totalmente revista, ampliada e atualizada de acordo com o Código Civil de 2002, a obra clássica sobre usucapião, tão conhecida, citada, lida e estudada, do Des.

Moraes Salles.

Como bem acentuou o festejado autor, impunha-se a adaptação de sua obra ao Código Civil de 2002, e o fez aproveitando para atualizar a jurisprudência que merece citação no livro. Examina conceitos e começa por discutir o gênero da palavra usucapião, mostrando que alguns gramáticos divergem a respeito, mas o autor respeita a posição do legislador de 2002 e passa a se referir “a usucapião”, mudando seu entendimento anterior.

Pouco a ser dito deste livro, que tantas vezes já apreciamos. Apenas queremos insistir em sua grandeza e importância e contar que sempre o releio com muito prazer.

Revisão de Português

José Maria da Costa
Editora Millennium



Em 2ª edição, a Editora Millennium nos traz o livro “Revisão de Português – Para Concursos e Aperfeiçoamento Profissional”. Sempre afirmei e agora vejo atestado, que o colega José Maria da Costa, além de ter sido um grande juiz, é inegavelmente um “extraordinário professor de português, desses que, no desafio de docência em cursos preparatórios, expõem com concisão e clareza, sabem tudo e respondem de pronto. Conservou e desenvolveu o ri-

gor do conhecimento marista, cuja didática meritória bem adquiriu” (Des. Sidnei Agostinho Beneti, em sua apresentação do livro).

O mais que posso dizer deste livro é que, ao escrever, eu o tenho ao meu lado direito, para consulta permanente. Não fico longe deste livro.

Responsabilidade dos Sócios na Sociedade Limitada

Itamar Gaino
Editora Saraiva



O estudo da responsabilidade dos sócios na sociedade limitada, que tanto interesse e que tem autorizado animados debates quanto à sua extensão, é examinado, com muito cuidado e conhecimento pelo

Des. Itamar Gaino, que começa mostrando o que é esse tipo de sociedade, como se constitui, qual o tipo de atividade a ser por ela desenvolvido, qual o seu capital e sua divisão por quotas e qual o número de pessoas que deve integrá-la.

Interessante capítulo envolve as exceções à regra da irresponsabilidade do sócio na sociedade com capital integralizado, lembrando que uma dessas exceções temos com os credores que não realizam negócios com a sociedade ou que não têm condições de discutir as estipulações contratuais. Inclui aí o fisco, a previdência social, o trabalhador, o consumidor e aqueles que foram vítimas de danos resultantes de ilícitos praticados pela sociedade.

O livro é bem completo, não se esquecendo de examinar os problemas surgidos com a Lei de Recuperação e Falência (Lei 11.101, de 9.2.05), nos pontos principais e relevantes para as sociedades limitadas.



Curso de Direito Processual Civil – Parte Geral

João Batista Lopes
Editora Atlas

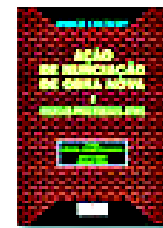
Mais um livro do professor João Batista

Lopes, envolvendo tema de Direito Processual Civil, onde sempre ele se destacou como dos nossos maiores escritores. Impossível não destacar a importância da Parte Geral do Direito Processual Civil, uma verdadeira teoria geral do processo, o que justifica a aceitação que, com certeza, vai ter este livro do culto processualista.

Vemos que este livro leva o nº I de um Curso, o que nos deixou felizes, quando isso indica novos livros, que deverão abranger todo o Processo Civil. O conhecimento do autor, a facilidade de sua exposição, a força do seu nome, tudo prenuncia um grande sucesso na empreitada.

Ação de Nunciação de Obra Nova e Medidas Processuais Afins

Jorge Cocicov
Editora Mizuno



Nosso caríssimo mestre em processo civil, professor e magistrado Jorge Cocicov nos brinda com um estudo da Ação de Nunciação de Obra Nova, sua tese de mestrado no curso de pós-graduação da Universidade de São Paulo, ali aceita e aprovada.

Tudo, mas tudo mesmo, que se refere a esse tipo de ação foi cuidadosamente examinado pelo ilustre autor, merecendo as palavras elogiosas que recebeu e que constam dos prefácios de Cândido Rangel Dinamarco e Rubens Cione, salientando ambos que este livro vai deste o estudo do direito de propriedade, a defesa que esse direito autoriza, chegando à ação de nunciação de obra nova, com as condições de ação que exige, a discutida reconvenção, recursos e execução e os problemas ligados ao direito administrativo e ao constitucional, em alentado exame de toda a matéria.

PAULO SÉRGIO FERNANDES DE OLIVEIRA

Des. José Renato Nalini

Sente-se muita vez que há mais pessoas queridas já na eternidade do que na vida presente. Agora é o desembargador Paulo Sérgio Fernandes de Oliveira que parte para seu encontro com a transcendência.

Conheci-o quando julgamos juntos na Comarca de Jundiaí. Ele juiz criminal, eu na 4ª Cível. Isso foi em 1979. Desde logo algumas afinidades surgiram. Nossas crianças tinham praticamente a mesma idade. Paulinha, Leticia e Paulinho equivaliam a João Baptista, Renatinho, Ana Beatriz e Ana Rosa.

Passamos uma semana juntos, em Camboriú, em viagem na Semana Santa, com ônibus cedido por Francisco Dal Santo Filho. Rimos muito, cantamos muito e convivemos bastante nessa época, sem saber que ainda passaríamos por tantas vicissitudes.

Passamos a conviver também na Faculdade de Direito Padre Anchieta. Ele sempre foi amado pelos alunos. Jovial, bem humorado, dono de um “savoir faire” reconhecido por quantos o conheceram.

Quando fui promovido ao Tribunal de Alçada Criminal, em 1993, já o encontrei lá. Fui para a sua Câmara e me tornei seu revisor. Gabinetes contíguos, contato amiúde.

Posso avaliar a sua enorme capacidade de trabalho. Serviço sempre em dia. Votos sintéticos – ele possuía o raro dom da síntese – e todos perfeitamente adequados à concretização do justo. Aprendi muito com ele. O convívio se estreitou e a amizade tornou-se mais intensa.

Quando chegada a vez das disputas eleitorais, ele era candidato natural por sua liderança para se candidatar a vice-presidente. Consultei-o para apoiá-lo. Ele se desinteressou. Seria uma brusca alteração de

“... Devo a Paulo Sérgio Fernandes de Oliveira inúmeras lições.”

seus hábitos, permanecer durante toda a semana em São Paulo. Vida feita e estabilizada em Jundiaí. O tempo na chácara era muito precioso para que ele o trocasse pela burocracia do Tribunal.

Apoiou-me como seu candidato e passou a fazer campanha. Sua voz era respeitada porque era dotado de personalidade marcante. Sempre teve coragem para externar suas opiniões. Assim que eleito, passou a ser um elemento imprescindível à consecução das nossas estratégias. Voltadas a tornar o TACRIM uma referência,

mas nem sempre compreendidas por todos os 82 integrantes. Juizes em final de carreira, cada qual com sua ideologia, sua origem, suas idiossincrasias.

Aí, pude comprovar sua lealdade e valor solidário. Eu o chamava “Leão do Plenário”, tal sua performance naquelas árduas reuniões com 82 magistrados em final de carreira. Externava a ele minhas preocupações e ele cuidava de intervir no momento certo, com sua palavra definitiva. Dura, muito dura, às vezes. Mas suficiente para reconduzir a discussão ao rumo previsto.

Estava ali, maduro e consistente, o jovem vereador de Bragança Paulista, o homem que teve de ir cedo à luta diante das intempéries que atingiram a fortuna paterna. O homem do debate, da argumentação, da persuasão, da linguagem combativa. Rigoroso na análise, firme na convicção, eficiente formador da opinião coletiva.

Devo a Paulo Sérgio Fernandes de Oliveira inúmeras lições. E sou devedor insolvente de sua enorme colaboração oferecida à última administração integral do extinto Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Lugar onde fomos tão felizes e onde pudemos tentar realizar o nosso sonho de uma justiça melhor.

Mas a lição de vida ao assumir sua enfermidade, na luta inglória que ele traduzia por “matar um leão por dia”, serve para todos. Ele aceitou a adversidade, submeteu-se a todos os tratamentos. Manteve a intenção de derrotar esse flagelo ainda invencível e só veio a se entregar – na verdade, o corpo se entregou, não sua consciência – com o indescritível golpe da morte do Paulinho. Aí, acabou-se o sonho! A inversão na ordem da partida é muito dolorosa para ser assimilada. Todos sonhamos com a eternidade de nossos filhos e netos. É cruel a um pai enterrar seu filho.

Na missa de sétimo dia do Paulinho, ao abraçá-lo, disse-me: - Agora não preciso mais lutar! Ele está lá a me esperar! Posso ir tranquilo.

E foi, realmente. Mas leva a nossa imensa saudade, o nosso afeto, o nosso respeito, a admiração incontida que merecem os verdadeiramente bravos.

Deus o receba com um abraço bem apertado, Paulo Sérgio. Um abraço de pai, que sabe compreender a dor do pai que perde um filho. E ali vocês estarão juntos, numa vida sem dores, sem angústias, sem separações. Pois para isso fomos criados, essa é a única certeza neste mundo cada vez mais povoado de incertezas.

GRANDE PERDA: A MORTE DE AFONSO DE BARROS FARO

Antonio Raphael Silva Salvador
Desembargador aposentado e membro do Conselho Fiscal, Consultivo, Orientador e Fiscal da APAMAGIS

Uma triste notícia recebemos: o nosso colega e amigo Faro havia falecido, vitimado por mal súbito. O grande juiz, o grande processualista de Santo André, o atencioso amigo, o marido exemplar, o pai amoroso, o sogro dedicado, o avô que vivia para os netos, nos deixou.

A almoço de domingo na APAMAGIS nunca mais será o mesmo, pois faltará a cordialidade do Faro. O

grande problema é que vamos aprendendo a viver ao lado de pessoas boas e quando as perdemos nos sentimos impotentes, quase órfãos, como se fôssemos todos da mesma família, é insubstituível a perda. Você foi essa nossa perda, querido Faro, e tristes aqui ficamos, consolados com a presença de sua dedicada esposa e dos seus familiares.

Seu almoço aos domingos será outro, distribuindo carinho e amizade para todos que estiverem ao seu lado. Continue nos amando e protegendo, como você sempre soube fazer.

PLÍNIO TADEU DO AMARAL MALHEIROS: O HOMEM E O MAGISTRADO

Antonio Carlos Villen - desembargador

Alexandre David Malfatti - juiz da Capital

Quem gozou de sua proximidade tem a dimensão do homem e magistrado que perdemos.

Nos bancos da Faculdade do Largo de São Francisco, Plínio já revelava a seriedade que tributava ao Direito e à Justiça. Revelava já sua integridade e a solidariedade de que era capaz no trato com as pessoas que dele necessitavam. Daí ser tão querido pelos colegas das Arcadas.

Na magistratura, o zelo com a função jurisdicional

e a preocupação em ajudar as pessoas e profissionais de suas relações denotavam a trajetória lógica do ex-aluno. Aos antigos e novos amigos, a generosidade, o afeto, o respeito jamais eram negados.

Da convivência bruscamente interrompida ficam as lembranças de tantos bons momentos passados juntos. Fica o exemplo de vida pessoal e profissional. Fica o carinho que sentimos pelo amigo, por sua mãe, dona Carolina, por sua esposa, Regina, e pelos filhos, Renata e Francisco. Eles saberão dar continuidade à bela história de vida plasmada pelo querido Plínio.

HOMENAGEM A PAULO FRANCISCO BULHÕES

Renata Bulhões

Como disse nosso saudoso ex-presidente Getúlio Vargas: “saio da vida para entrar na história”

Assim foi Paulo Francisco Ribeiro Bulhões (pai, esposo e sogro), que ficará registrado por onde passou e fez amigos, nas universidades em que lecionou e no seio da magistratura em que fez parte por um bom tempo da sua vida, onde todos se lembrarão dele e o terá como exemplos no âmbito profissional.

Só nos resta agradecer por tudo o que aprendemos com ele no que diz respeito a vida, pois foi ele, um homem perseverante e lutador que nos ensinou a valorizar cada minuto de nossas vidas e entender que estamos aqui para um determinado propósito de Deus e que quando atingirmos o objetivo que “Ele” nos incumbiu, devemos retornar ao lado do Santíssimo para novos planos.

Sensível, frágil, bondoso. Era um homem carinhoso, mas não o manifestava. Não por mal, não por defeito. Só queria impor respeito aos filhos que estimava. Se estávamos à mesa todos reunidos no jantar ou almoço, não dá-

vamos sinal de desrespeito ao chefe da família, pois respeito é preciso. Se alguém de nós (filhos e esposa) falássemos algo certo ou engraçado, o bigode “cofiava” (ele alisava o bigode com as mão) sinal de que ele estava gostando do que estávamos falando, mas para continuarmos com respeito para com a pessoa dele, ele disfarçava para não demonstrar um sorriso... Mas foi disciplinador a cêrrimo defensor, da justiça e da moral, se sentia inseguro, punha a máscara de duro, mas era um sentimental. Honrado, trabalhador, seguiu sempre com rigor o caminho da verdade, a sua palavra dada era escritura lavrada.

Pai estamos bem, vamos indo, estamos tentando, vivendo e pedindo, com loucura pra você, renascer..

Você foi nosso herói, nosso bandido, hoje é mais, muito mais que um amigo, nem você, nem ninguém está sozinho.. .Você faz parte deste caminho,

Que hoje nós seguimos em paz...

Te amaremos eternamente...

Ceida (esposa), Fernanda (filha) Renata (filha), Paulinho (filho), Adauto (gênro) e Paula (nora).

Em um ano e meio a entidade consolidou sua presença na mídia

O empenho do presidente da APAMAGIS, des. Celso Limongi na defesa dos interesses da categoria alcançou considerável espaço na mídia, fazendo com que a sociedade conheça as dificuldades da magistratura, bem como o empenho dos juizes em aperfeiçoar a prestação jurisdicional.

O tema mais abordado nas reportagens foi a composição do Conselho Nacional de Justiça, seguido da defesa da reforma processual e da Lei Estadual que reduz os degraus da carreira.

rádio e tv

MAIO

- 2 **Rádio América**
Poder Judiciário
- 17 **TV Record de S. J. do Rio Preto**
Poder Judiciário
- 17 **Jornal da Região de São José do Rio Preto**
Poder Judiciário
- 17 **TV Globo de S. J. do Rio Preto**
Poder Judiciário

- 19 **Rede Vida**
Poder Judiciário
- 22 **TV BAND**
Concurso da magistratura e da OAB

JUNHO

- 14 **TV Assembléia**
Vídeo Conferência
- 15 **Rede Record**
Advogados afastados pela OAB

jornais e revistas

Sábado, 2 de julho

Folha de S. Paulo

PAINEL Escolta rejeitada

Em nota, a Associação Paulista de Magistrados condenou a Justiça Federal por ter utilizado polici-

ais armados para acompanhar a devolução de 5.000 processos à comarca de Catanduva (SP). Se-

gundo o texto, a Apamagis "recebe essa conduta como insulto inexplicável e gratuito".

Segunda-feira, 4 de julho

Revista Consultor Jurídico

Invasão em Catanduva

Justiça paulista repudia invasão de Fórum pela PF

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Luiz Tâmbara, telefonou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para reclamar da atuação da Polícia Federal no conflito de competência entre as Justiças Estadual e Federal em Catanduva. O ministro prometeu apurar, mas minimizou a gravidade dos fatos. Segundo o ministro, apenas dois agentes federais fizeram a escolta dos oficiais de Justiça que executaram a ação de entrega de pro-

cessos no Fórum da cidade do interior paulista.

Na quinta-feira (30/6), policiais federais invadiram o Fórum de Catanduva de posse de mandado da corregedora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora Marli Ferreira, para devolver 5 mil processos supostamente de competência da Justiça Estadual. Os policiais armados com metralhadoras chegaram em seis viaturas, com as sirenes ligadas. O mandado dizia que

os processos deveriam ser entregues independentemente da concordância do servidor que atendessem os executantes.

O conflito de competência começou recentemente. Com a criação na cidade de uma Vara Cível Federal, os juizes da Justiça Estadual resolveram enviar para lá os processos que supõem ser de competência federal. A Justiça Federal reagiu e convocou a Polícia Federal para fazer a devolução dos processos.

Repercussão

A medida provocou reações exaltadas nos meios da Justiça paulista. Em nota oficial, a Apamagis — Associação Paulista de Magistrados repudiou a ação da Polícia e da Justiça federais. A entidade “recebe essa conduta como insulto inexplicável e gratuito à honra e tradição da magistratura paulista”, diz a nota assinada pelo **presidente da Apamagis, desembargador Celso Luiz Limongi**.

O documento explica ainda que “a lei processual, nesses ca-

sos de conflito de competência, estabelece minuciosamente o procedimento para resolvê-lo, pelo que se estranha, em primeiro lugar, que a devolução fosse feita por ato administrativo da Corregedoria da Justiça Federal. E, em segundo lugar, que fosse a devolução feita por agentes policiais federais armados, impondo à força o recebimento daqueles autos”.

Para um desembargador do TJ paulista o fato é gravíssimo e não pode ficar impune: “Nós devemos tomar providências enérgicas, porque não vai de-

morar a invasão de Tribunais de Justiça pela Polícia Federal a mando da JF. Aliás, já invadiram um TRE”.

O juiz de uma cidade de São Paulo sugere que se busque a punição dos responsáveis: “Sou pela representação criminal da corregedora [Marli Ferreira] no STJ, para instauração de inquérito para apurar eventual crime de abuso de autoridade, e, na esfera disciplinar, de representação da mesma ao CNJ”.

Um outro preferiu elogiar o comportamento dos juizes de

Catanduva. “Bem faz nosso colega de Catanduva ao suscitar o competente conflito e encaminhá-lo ao STJ, na verdade, um tapa com luvas de pelica na juíza federal”, disse. Para o juiz, “atitudes desequilibradas, policiaescas e ditatoriais acabam denegrindo a imagem do Judiciário como um todo”.

O Tribunal de Justiça deve anunciar na segunda-feira (4/6) que medidas que tomará em relação aos fatos.

Leia a íntegra da nota da Apamagis

NOTA OFICIAL

Repúdio à invasão do Fórum de Catanduva

A Associação Paulista de Magistrados - APAMAGIS —, entidade que presta serviços à sociedade bandeirante há 52 anos, vem a público, manifestar seu mais veemente protesto e repúdio à ação da Polícia Federal em 30 de junho de 2005, no município e Comarca de Catanduva, quando, em cumprimento a mandado judicial expedido administrativamente pela senhora corregedora-geral da Justiça Federal, desembargadora Marli Ferreira, devolveu milhares de autos de processo ao Fórum local, portando os policiais armas de grosso calibre e de alta potencialidade ofensiva, e fe-

chando a entrada e saída de veículos daquele Fórum, como se estivessem em confronto com criminosos.

Cumprir observar que a devolução desses autos se deveu a entendimento diverso da Justiça Federal, não aceitando a remessa daqueles pela Justiça Estadual de Catanduva, que se dera por incompetente. A lei processual, nesses casos de conflito de competência, estabelece minuciosamente o procedimento para resolvê-lo, pelo que se estranha, em primeiro lugar, que a devolução fosse feita por ato administrativo da Corregedoria da Justiça Federal. E, em segundo lu-

gar, que fosse a devolução feita por agentes policiais federais armados, impondo à força o recebimento daqueles autos.

A APAMAGIS recebe essa conduta como insulto inexplicável e gratuito à honra e tradição da magistratura paulista. Mais do que isso: ignominiosa ofensa ao povo bandeirante, cuja luta pelos princípios democráticos faz parte de sua história, do que serve de exemplo a Revolução Constitucionalista de 1932, a mostrar que o sangue e a vida dos paulistas estiveram e estarão perenemente prontos para a defesa do Estado Democrático de Direito.

O Fórum Estadual de Catanduva é a Casa da Justiça e sua invasão por policiais armados, acompanhados de uma equipe de emissora de televisão que filmou toda a insólita diligência, certamente para mais agravar a humilhante ação e proporcionar espetáculo televisivo, mantém sua dignidade moral, reafirmando seu propósito de servir ao povo de Catanduva, na busca intransigente de distribuir Justiça.

Desembargador
Celso Luiz Limongi
Presidente da APAMAGIS e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros

Última Instância
Revista Jurídica

NOTAS DE QUINTA

Invasões

O desembargador Celso Limongi, presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), divulgou nota repudiando as invasões de escritórios de advocacia durante as operações da Polícia Federal, a partir de mandados judiciais genéricos, “o que viola o amplo direito de defesa e do contraditório previsto na Constituição Federal”.

Esta nota foi reproduzida no Consultor Jurídico

Última Instância
Revista Jurídica

Carreira de juizes

TJ quer modificar estrutura da Justiça estadual paulista

A classificação das comarcas da Justiça de São Paulo e os caminhos da carreira dos juizes podem ser alterados. De acordo com o *Valor Econômico*, o presidente do TJSP

Quarta-feira, 22 de junho

(Tribunal de Justiça de São Paulo), Luiz Tâmbara, enviou à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dois anteprojotos de lei complementar, que receberam os números 10 e 11, pelos quais propõe mudanças na classificação das comarcas, com a extinção da entrância especial (comarca da capital), a criação de cargos de juizes-auxiliares e um número maior de juizados especiais e varas da fazenda no interior do Estado. “O reflexo prático que essa mudança poderá trazer é a redução do tempo que um

juiz levará para crescer na carreira, assim como um aumento salarial para os iniciantes”, conforme avalia o **presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados)** e desembargador do TJSP, **Celso Luiz Limongi**. Além disso, o desembargador acredita que a magistratura em São Paulo passará a ser uma carreira mais atraente. A explicação para essas possibilidades ocorre porque o juiz não precisará mais atuar na capital para poder ser desembargador.

Violação do sigilo

Desembargador também critica invasões a escritórios

Os juízes paulistas decidiram apoiar os advogados na luta contra as buscas e apreensões em escritórios de advocacia. O **desembargador Celso Limongi, presidente da Apamagis - Associação**

Paulista de Magistrados, defendeu a manutenção do sigilo profissional dos advogados.

“O exercício da advocacia significa defesa do Estado de Direito. Assim, seu cerceamento implica violação ao próprio

estado de direito”, afirmou. Nos últimos tempos, as operações da Polícia Federal atingiram em 15 escritórios em São Paulo.

Limongi também lembra a relevância da função do advoga-

do quando este enfrenta o próprio Estado. “É preciso preservar suas prerrogativas profissionais, razão pela qual a advocacia recebe tratamento diferenciado em relação às outras profissões”, concluiu.

Terça-feira, 21 de junho

Jornal da Tarde

Opinião A política e o Judiciário

A paisagem política do Brasil assusta: um lamentável cortejo de atos de corrupção, fisiológicos e contrários à ética, evidenciando desprezo pela inteligência do povo.

O primeiro presidente da República, eleito por voto direto após a Revolução de 1964, perdeu o mandato em decorrência de seu envolvimento em atos de corrupção. Passou-se o período de Fernando Henrique Cardoso, que conseguiu alteração constitucional para permitir a reeleição no cargo. Em seguida, elege-se Lula como presidente da República. A sensação era a de que, com o PT no governo federal, o índice de corrupção baixaria a níveis toleráveis (erradicá-la é tarefa impossível diante da falibilidade humana).

Contudo, surgiram denúncias pontuais de corrupção. Operações para abafar CPIs foram articuladas, com êxito, salvo a dos Correios. O governo federal, embora vencido, obteve, de qualquer modo, a presidência e a relatoria dessa CPI, contando com o apoio de partido aliado. E, agora, o deputado Roberto Jefferson, logo após a notícia de corrupção nos Correios, denuncia a existência do “mensalão”, mesada paga pelo PT a deputados do PP e do PL para garantir apoio aos projetos do Executivo federal.

Mas a corrupção atenta contra a democracia e o Estado Democrático de Direito, pois o primeiro princípio a ser violado é o da igualdade de todos perante a lei: o assalto a cofres públicos por homens públicos não os leva à prisão pela simples razão de que nem todos se interessam na busca de provas. Afinal, não é fácil para um deputado ou senador julgar e condenar seu companheiro de partido. Por isso, o resultado final de uma CPI, na grande maioria das vezes, é melancólico para a sociedade.

O prestígio do poder político, em conseqüência, esfacela-se. O brasileiro atinge bom grau de amadurecimento, atento ao quadro atual. Não se deixa enganar facilmente. Faz atuar mecanismos de defesa. Poder-se-ia considerar válida a própria opção pelo PT há dois anos e pouco.

No embate democrático, o Judiciário está em desvantagem. É o poder encarregado de exercer fiscalização técnica dos demais poderes, sem nenhum viés político-partidário. Exerce funções relevantes, que criam tensões e conflitos, contendo o abuso dos demais poderes. Criou-se o Conselho Nacional de Justiça CNJ, investido do poder de punir juízes. No entanto, há pouco, o Senado Federal recusou o nome do professor Alexandre de Moraes, indicado pela

Câmara Federal, para integrar o CNJ. E isso se prendeu exclusivamente à intenção de vingar-se das derrotas impostas naquela Casa ao Partido dos Trabalhadores e ao Executivo federal, uma das quais até agora não assimilada: a vitória de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara. O Senado, diante das repercussões negativas da injusta recusa, anulou seu ato. Desfez-se a injustiça, mas, de rigor, não poderia mais fazê-lo. Em outras palavras, uso político do CNJ, a mostrar mau sinal e mau começo, de há muito por nós pressentido, tanto que nos manifestamos, com veemência, contra a presença de estranhos à magistratura nesse órgão, em especial por pessoas indicadas politicamente pelo Congresso Nacional.



A corrupção atenta contra a democracia e o Estado de Direito. O primeiro princípio a ser violado é o da igualdade de todos perante a lei

Acendeu-se o sinal amarelo. Os juízes, também os dos mais longínquos rincões do Brasil, solitários e desprotegidos, esperam que o Conselho Nacional de Justiça, instalado há uma semana, não desborde de suas atribuições, para exercer pressão contra a magistratura. Pelo contrário, já que este conselho foi tido como constitucional, espero que se transforme em pára-choque, defendendo a independência de julgar.

De todo modo, a magistratura nacional, como já é de sua vocação, não se verga a pressões vindas de onde vier: sofre, mas julga, buscando a Justiça. E fiscalizando o próprio conselho...

Celso Luiz Limongi é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados AMB

Domingo, 19 de junho

Diário da Região

Pierre Duarte 18/6/2005

Novo Fórum

Representantes do Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e deputados estaduais debateram na tarde de ontem, no hotel Saint Paul, as novas instalações do Fórum de Rio Preto. As propostas são a construção de um novo prédio ou de um anexo ao atual. O **presidente da Associação Paulista dos Magistrados, desembargador Celso Limongi**, participou do encontro.



Quarta-feira, 8 de junho

Folha da Região

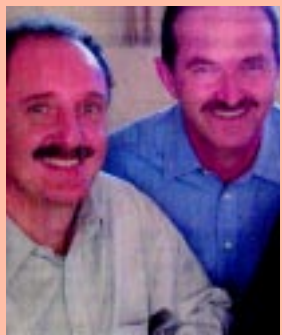


Encontro de Magistrados

A vinda do **presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), Celso Luiz Limongi**, em nossa região começou com um agradável café da manhã no Birigüi Palace Hotel. Segundo o juiz Márcio Eid Sammarco, que coordenou o Encontro de Magistrados, o evento foi também um bom motivo de confraternização.

ANFITRIÕES

Os juizes de Direito Márcio Eid Sammarco e o diretor do Fórum de Araçatuba, Vicente Benedetto Battagello, de anfitriões do presidente da Apamagis, Celso Luiz Limongi



Magistratura & Sociedade

“Os anseios do Poder Judiciário são os mesmos da sociedade”, afirma o presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), desembargador Celso Luiz Limongi. Ele esteve em Araçatuba e Birigüi para o Encontro de Magistrados, ocorrido no sábado passado. Sereno e calmo, Limongi, de 63 anos, é casado, pai de três filhos e conta, com orgulho, que é conselheiro vitalício do Corinthians Futebol Clube, votando contra a parceria com a MSI (empresa patrocinadora). Após falar com juizes sobre temas relevantes à magistratura, Limongi, que é candidato à



FOTOS: CÉLIA VILLELA

presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, concedeu este bate-papo para a coluna durante café da manhã, no Birigüi Palace Hotel.

O senhor é sempre calmo e sereno assim?

tribuna da magistratura

Sempre. Sou muito tranqüilo.

Tem algum hobby que contribui para a sua serenidade?

Acredito que sim. Gosto de ler, ouvir música e de futebol.

Por que o senhor disse que os anseios do Poder Judiciário são os mesmos anseios da sociedade?

Porque o juiz vive uma crise de frustração, ele não consegue atender aos anseios da sociedade referente a uma justiça célere e eficaz.

Por que isto acontece?

Porque não há estrutura do próprio Poder Judiciário. O juiz trabalha demais, mas o Judiciário rende pouco. Essa má estrutura, aliada ao excesso de formalidades do processo, impede o andamento. Existem sobrecargas de recursos processuais. Cria-se um círculo interminável.

Quem é o maior cliente do Poder Judiciário?

O Poder Público. O Poder Executivo, em todas as suas esferas: federal, estadual e municipal, não paga as suas dívidas. Deixa o credor em situação humilhante, que só recebe seu crédito após cerca de dez anos.

O poder público seria o maior prejudicado com a morosidade do Judiciário?

Sem dúvida. As dívidas ficam para os sucessores. Os cumprimentos da obrigação ficam postergados para o mais longínquo futuro.

O que deve ser feito para melhorar esse quadro?

O Judiciário necessita ter efetiva autonomia financeira. Sua proposta orçamentária não deve ser cortada pelo Legislativo e pelo Executivo. As custas processuais deveriam vir, integralmente, para o funcionário, como acontece no estado do Rio de Janeiro.

O que se faz urgente?

A reforma dos códigos de processo.

Qual foi o principal motivo de sua visita em nossa região?

Prestar contas e abrir o Judiciário para a sociedade e para a imprensa, que cumpre um papel de suma importância.

Qual é o seu projeto para Araçatuba?

Classificar a Comarca de Araçatuba como entrância final, exatamente como São Paulo. Desta forma, o juiz poderá ser promovido para desembargador de Araçatuba diretamente para o Tribunal de Justiça.

Fale sobre o controle externo ao Judiciário.

Sou contra, porque reduz a independência do juiz, assim como sou contra o conselho externo à imprensa, porque coíbe o poder de liberdade de expressão dos jornalistas.



CAFÉ DA MANHA

Descontraídos, os juízes de Direito Emerson Sumaria Júnior, Adeilson Ferreira Negri e Nilton Santos de Oliveira abrem sorrisos com os jomais em punho, no café da manhã, em torno do desembargador Celso Luiz Limongi.

Domingo, 5 de junho

Folha da Região

Desembargador se reúne com juízes

Celso Luiz Limongi, esteve ontem em Araçatuba e Birigüi para um encontro com magistrados da região sobre o andamento do Judiciário paulista

Birigüi
Marcelo Espinoza
Da Sucursal

O presidente da Apamagis (Associação Paulista dos Magistrados), desembargador Celso Luiz Limongi, esteve ontem em Araçatuba e Birigüi para um encontro com juízes da região. Em sua passagem por Birigüi, o desembargador falou de sua candidatura para a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e dos problemas enfrentados pelo Poder Judiciário Estadual.

Limongi disse que o encontro é uma prestação de contas aos juízes da região. O objetivo foi mostrar o que a associação

tem feito pelos magistrados e pela sociedade paulista. O encontro também representa uma oportunidade para que os juízes façam suas reivindicações, apontem os problemas em suas comarcas e discutam soluções e melhorias para o Judiciário Estadual.

Um dos assuntos abordados por Limongi foi a aprovação pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo do anteprojeto de lei complementar estadual que reclassifica as comarcas do estado de São Paulo. A reorganização, além de permitir que os juízes permaneçam por um tempo maior nas comarcas menores, proporcionará



NA REGIÃO
O presidente da Associação Paulista dos Magistrados, Celso Luiz Limongi

Marcelo Espinoza

uma melhoria nos salários dos magistrados.

"Atualmente, os salários estão muito defasados. O magistrado paulista é o que menor remuneração recebe no país, juntamente com o estado do Piauí", afirmou o desembargador. Segundo ele, esse problema tem provocado a migração de juizes paulistas para outros estados ou para a Justiça Federal.

Entre os problemas enfrentados pelo Judiciário paulista, está a falta de recursos financeiros, que atrapalha o andamento dos processos e colabora para a morosidade da Justiça. "Os projetos de orçamento do Judiciário são sempre reduzidos pelo Executivo e Legislativo. Isso nos retira a possibilidade de boa estrutura para a prestação de nossos serviços", afirma. "Sem estrutura necessária, sem recursos hu-

manos, sempre haverá congestionamento de processos em 1º e 2º graus."

O presidente da Apamagis também defende a informatização do Judiciário paulista, com a criação de uma rede que ligue o Tribunal de Justiça a todas as varas judiciais. "Isso vai facilitar o trabalho dos advogados, que poderão consultar os processos sem se deslocar. Haverá menos despesas, menos

trabalho para o tribunal, pois não haverá acúmulo de pessoas consultando processos nos cartórios", acredita. Ele defendeu ainda a contratação de técnicos para auxiliar o trabalho dos juizes. Para ele, os magistrados não devem desempenhar a função de administradores. "O juiz não é formado em administração, ele não é economista; precisa do respaldo de técnicos em administração, finanças."

Sexta-feira, 3 de junho

Folha da Região

Encontro de Magistrados

O **presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), desembargador Celso Luiz Limongi**, participará do Encontro dos Magistrados, que acontece amanhã, em Birigüi e Araçatuba. O coordenador da Apamagis - Regional de Araçatuba, juiz Márcio Eid Sammarco, articulou o evento em duas etapas. Limongi será recebido

pelos magistrados da região com um café da manhã no Birigüi Palace Hotel, onde estará presente o deputado estadual Roque Barbieri (PTB).

Encontro de Magistrados 2

Após o café da manhã em Birigüi, o encontro de magistrados continua com almoço de confraternização na Estância Saksuke

Nó, em Araçatuba. Na pauta estão assuntos institucionais, como reforma do Judiciário e o projeto de reclassificação das entrâncias do Estado de São Paulo. O projeto de reclassificação das entrâncias será encaminhado por meio do Tribunal de Justiça para a Assembléia Legislativa, cujo objetivo é reestruturar as comarcas do estado de São Paulo.

Quinta-feira, 2 de junho

Revista Consultor Jurídico

Novo modelo

TJ-SP apresenta projeto de reestruturação Judiciária

por Luciana Nanci

O Tribunal de Justiça de São Paulo apresentará à Assembléia Legislativa do estado, na próxima semana, o texto final do projeto que pretende alterar a estrutura da Justiça paulista. O objetivo é adequar a carreira dos juizes e a estrutura do judiciário ao modelo do restante do país, dando continuidade ao que começou com a extinção dos Tribunais de Alçada, pela Emenda Constitucional 45 (Reforma do Judiciário).

Diferentemente dos outros estados, o Judiciário de São Paulo conta hoje com nove degraus na carreira. A porta de entrada é o cargo de juiz substituto não-vitalício. Depois de três anos pas-

sa a ser juiz substituto vitalício. Em seguida juiz de primeira entrância, segunda entrância, terceira entrância, entrância especial, juiz do Tribunal Militar, desembargador e ainda de quarta entrância, que apesar de extinta em 1982.

Segundo o projeto, o cargo de juiz substituto não-vitalício seria extinto, só restando o de juiz substituto. As diferentes entrâncias seriam agrupadas e renomeadas como entrância inicial, intermediária e final (além dos juizes do Tribunal Militar).

Na divisão estrutural, as comarcas de municípios de pequeno porte, com baixo número de processos, arrecadação, eleitores, entre outras características, são

classificadas como de primeira entrância. Nelas, o juiz atua como clínico geral — cuida de todos os tipos de ações, das cíveis às criminais, passando pelas de infância e juventude. Nos de médio porte, ou segunda entrância, há um pouco mais de divisão, já que as comarcas contam, muitas vezes com mais de uma vara. Já os de terceira entrância, como Sorocaba, contam com varas especializadas.

Assim, a proposta também prevê que algumas comarcas do interior de grande porte, como a própria Sorocaba, Jundiá e Campinas, sejam equiparadas à comarca da capital. Isso quer dizer que os juizes dessas comarcas não precisariam ser promovidos à comarca da capital para ser promovido ao

carpo de desembargador, eliminando um dos degraus da carreira e reduzindo a movimentação dentro dela.

De acordo com os mentores do projeto, o impacto orçamentário para o novo modelo da Justiça de São Paulo, seria ínfimo, muito aquém dos R\$ 90 milhões que seriam necessários para reduzir as entrâncias em apenas inicial e final. O ponto, que integrava a proposta inicial feita pela **Apamagis — Associação Paulista de Magistrados** foi rejeitada pelo Órgão Especial do TJ-SP, que considerou o valor muito alto.

Leia a íntegra do projeto no site da APAMAGIS (www.apamagis.com.br).

Domingo, 22 de maio

Jornal da Cidade

Presidente da Apamagis em Bauru

O presidente da Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis), desembargador Celso Luiz Limongi, esteve na última sexta-feira em Bauru. O desem-

bargador manteve encontro com magistrados e participou de palestra na sede da Associação Paulista do Ministério Público. Na foto, a partir da esquerda, o juiz Eduardo Fran-

cisco Marcondes Jr.; desembargador Celso Limongi; diretor industrial do JC, Marco Antônio C. de Oliveira; desembargador Aclibes Burgareili e o juiz Cláudio Graciotto. Em

outro flagrante, o desembargador Limongi conversa com Pedro Tobias observado por Eduardo Marcondes e o presidente da Câmara, Toninho Garmes.



Aceituno Jr.



Malavolta Jr.

Quarta-feira, 1 de junho

AMB *Informa*
Notas

Entidade debate dados da Justiça brasileira

O vice-presidente de Assuntos Parlamentares da AMB, desembargador Celso Luiz Limongi, que também preside a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), participou do seminário "A Justiça em Números – Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro", promovido pelo Supremo Tribunal Federal no dia 13 de maio. No evento, foi apresentado um raio-x do Judiciário, produzido com base em dados de 2003. Limongi ressaltou a necessidade de a Justiça brasileira se aproximar cada vez mais da sociedade. Segundo ele, os magistrados precisam identificar que problemas impedem a prestação de serviços jurisdicionais de maneira adequada e célere. "O pontapé inicial foi dado. No entanto, tenho certeza de que precisamos unir esforços para garantir o bom funcionamento da Justiça", disse ele.



Limongi: "Precisamos unir esforços para garantir o bom funcionamento da Justiça"

Jornal da Cidade/STP

tribuna da magistratura maio e junho / 2005

Sábado, 21 de maio

Jornal da Cidade

Celso Limongi teme conselho político

Para o desembargador, ingerência política no órgão de controle do Judiciário amplia dúvida sobre sua ação

Nélson Gonçalves

A rejeição do nome do ex-secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Alexandre Moraes, pelo Senado Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos últimos dias, ampliou a tese do presidente da Associação Paulista dos Magistrados (APM), desembargador Celso Luiz Limongi, de que o órgão

veio para controlar e pressionar o Judiciário e exercer, pela via política, a pressão a partir dos interesses do governo federal e de grupos econômicos internacionais.

Limongi reforçou em Bauru, onde manteve encontro com magistrados e participou de palestra na sede da Associação Paulista do Ministério Público (APM), on-

tem, a tese pessoal de que o Executivo Federal tem interesse comum a grupos transnacionais no enfraquecimento do Judiciário como forma de, ao longo do tempo, pressionar para fazer valer no País a aplicação de contratos

opor à pessoa do professor”, lamenta.

Para Limongi, é um mau sinal que desde a formação do conselho já se verifique o critério político em cena. “O que nós juízes temíamos era esse pé político no conselho.

dependência do juiz. Eu não tenho dúvida quanto a isso. O Judiciário incomoda e muito o governo federal, o Executivo, porque ele se opõe a planos econômicos que violam a Constituição”, acrescenta.

Malavolta Jr.



Desembargador esteve em Bauru participando de evento

internacionais que ferem a Constituição.

A ingerência política já na formação do CNJ, em sua avaliação, é uma das constatações dessa estratégia. “Isso mostra que as indicações têm fundamentos meramente políticos e que não se pretende atuar com vista a atender aos anseios da sociedade. A indicação do professor Alexandre Moraes era muito justa, porque é um professor que tem capacidade intelectual, técnica e moral. Não havia nada a que

Mal começou e na própria formação já se vê que as coisas não são levadas no sentido do mérito do indicado, mas sim no sentido meramente político. É muito preocupante isso”, critica.

Em sua avaliação, o papel do CNJ no controle do Judiciário brasileiro tem duas vertentes. “O Conselho Nacional de Justiça pode ser uma grande solução, mas também pode ser um grande engano. Sempre achei que no Brasil o que se pretende mesmo é reduzir a in-

Interesses internacionais

Celso Luiz Limongi adverte para a tentativa de grupos externos de estabelecer no País regras contrárias aos interesses nacionais. “Esses grandes conglomerados econômico-financeiros, as transnacionais, têm interesse muito grande em relação a um Judiciário fraco, um Judiciário que mande simplesmente cumprir os contratos celebrados e que vêm sucateando as empresas nacionais e que vêm violando os interesses nacionais”.

Nesse sentido, o desembargador considera que a fixação de súmula vinculante (obrigação de decisão uniforme em todo País para determinado tema) pode servir a essa estratégia. “A súmula vinculante também pode ser um instrumento desses conglomerados. Uma decisão, abstratamente, no Supremo, no futuro, em que um grupo econômico desse porte pressione, o Supremo pode se render a essas pressões e editar uma súmula vinculante. Então, toda a magistratura nacional vai ficar vinculada a essa decisão que pode vir por pressão tanto do governo federal quanto por esses grupos”, salienta.

O desembargador vê interesse coincidente entre o governo federal e os grupos externos. “Porque o governo sabe que esses grupos só vão investir no Brasil se tiverem a certeza de que o Judiciário vai mandar cumprir esses contratos”, comenta.

Por fim, o presidente da Apamagis ainda considera que a súmula não vai ajudar a reduzir o número de processos. “A súmula vinculante, na minha opinião, não vai reduzir o número de processos no País. Os advogados certamente vão continuar indo ao Judiciário para alegar que o seu caso não se aplica àquela determinada súmula e isso vai para o Supremo do mesmo jeito. Tem que deixar o juiz criar, o juiz julgar. Há uma inversão nessa regra. A decisão de um conflito já é resolvida antecipadamente pelo STF, que expede a súmula. O juiz de primeiro grau viria só para carimbar a decisão do Supremo”, finaliza.

Sexta-feira, 20 de maio

O Estado de S. Paulo

Veto a Moraes 'foi coisa pequena, mesquinha', critica Alckmin

Governador não soube adiantar se Alexandre de Moraes, nome indicado pela Câmara ao CNJ e vetado pelo Senado voltará à Febem

JUDICIÁRIO

Ana Paula Scinocca
Gustavo Porto
RIBEIRÃO PRETO

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), classificou de "um episódio ruim" a exclusão pelo Senado do nome de Alexandre de Moraes, seu ex-secretário de Justiça, para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Foi uma coisa pequena, mesquinha", comentou ontem, em visita ao Agrishow, em Ribeirão Preto. "Não foi o Alexandre de Moraes que não foi aprovado. Foi o representante da Câmara, porque o Conselho, por lei, tem um representante da Câmara e um do Senado e ele (*Moraes*) foi eleito pela Câmara dos Deputados."

Companheiro de partido de Moraes, o vice-governador de São Paulo, Cláudio Lembo (PFL), também lamentou o episódio. Na avaliação de

Lembo, o ex-secretário "foi vítima da incapacidade parlamentar do governo federal". E acrescentou: "Foi uma coisa ridícula."

A rejeição de Moraes pelo Senado foi uma revanche do governo à derrota sofrida na Câmara, há três semanas, quando o nome preferido do Palácio do Planalto, o do advogado Sérgio Renault, foi recusado pelos deputados.

O veto a seu nome para o CNJ deixou o ex-secretário de Justiça "arrasado", segundo pessoas próximas. O jovem promotor, de 36 anos, passou o dia de ontem tentando digerir a exclusão feita pelo Senado em manobra inesperada. Preferiu não atender a imprensa nem se manifestar sobre o episódio. "Todos nós ficamos surpresos com a decisão. E ele (*Moraes*), evidentemente, muito chateado", comentou Lembo. O vice-

governador, que falou com Moraes após o nome dele ter sido excluído pelo Senado, destacou que, apesar disso, o ex-secretário continua "firme". "Ele já está pensando no futuro. Quer olhar para a frente."

FUTURO

Ressaltando que não falava em nome do governador, Lembo considerou descartada a hipótese de Moraes voltar à Secretaria de Justiça ou mesmo ocupar a presidência da Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem). Mas destacou que o promotor é "qualificado" para ocupar vários postos, inclusive no governo paulista. Sobre um possível retorno do ex-colaborador,

Alckmin disse apenas que vai aguardar o desenrolar do caso no Congresso.

O veto a Moraes também teve repercussão entre entidades da classe. A Associação Paulista de Magistrados divulgou uma nota em repúdio à decisão do Senado.

"Esse fato é demonstrativo de que já na composição desse órgão predominará a influência política, pelo que se justifica a apreensão dos magistrados paulistas ao longo das discussões sobre a oportunidade e a validade da presença de pessoas estranhas à magistratura como integrantes do CNJ", comenta a nota. • Colaborou: Jane Miklasevicius

Folha de S. Paulo

Mau sinal

Em nota assinada por seu **presidente, Celso Luiz Limongi, a Associação Paulista de Magistrados** repudiou a rejeição, pelo Senado, da indicação de Alexandre de Moraes para o CNJ. "É demonstrativo de que já na composição desse órgão predominará a influência política".

Jornal da Cidade

NOTA OFICIAL

A Associação Paulista de Magistrados – Apamagis – entidade que congrega os Juízes e Desembargadores paulistas há 52 anos, vem a público manifestar seu repúdio à recusa, pelo Senado Federal, da indicação do Prof. Dr. Alexandre de Moraes como integrante do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Esse fato é demonstrativo de que já na composição desse órgão predominará a influência política, pelo que se justifica a apreensão dos magistrados paulistas ao longo das discussões sobre a oportunidade e a validade da presença de pessoas estranhas à Magistratura como integrantes do CNJ.

Celso Luiz Limongi
Presidente

Opinião Entrelinha

Da Redação

Degraus da carreira

Os deputados estaduais Pedro Tobias (PSDB) e Arnaldo Jardim (PPS) participaram ontem de encontro com juizes do Fórum local e o **presidente da Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis), desembargador Celso Luiz Limongi**. Durante a conversa, os magistrados argu-

mentaram para a importância da aprovação de lei estadual que reduz os degraus da carreira (entrâncias), ampliando as chances de promoção.

Juiz substituto

O presidente da Apamagis defende um projeto que permite acesso ao degrau maior de carreira com mais rapidez e, sobretudo, dá alento aos juizes de comarcas que hoje não têm condições de se igualar aos patamares dos colegas da Capital em função da regra atual. O projeto de lei deverá ser enviado aos deputados nas próximas semanas.

Varas especializadas

Os magistrados defendem, por exemplo, que a redução das entrâncias força o modelo de Judiciário com mais varas especializadas. Ao atingir esse degrau abre-se caminho para que comarcas como a de Bauru tenham varas específicas em áreas como família, fazenda pública e execução fiscal.

Execuções

Lembre-se que há um esforço, neste momento, para que a

execução possa acelerar a cobrança de devedores de impostos, enquanto o caixa do município está sufocado. Uma vara especializada nesta e em outras áreas viria para determinar nova dinâmica nos processos. E não é justo que os magistrados do Interior se sobrecarreguem com os trabalhos das varas das quais são titulares, com o acúmulo das especiais já existentes, e sem a contrapartida em seus vencimentos. A redução das entrâncias é um passo para eliminar essas distorções.

Quinta-feira, 19 de maio

Revista Consultor Jurídico

Vagas do Conselho

Juizes paulistas repudiam rejeição de Alexandre de Moraes

A Apamagis — Associação Paulista de Magistrados emitiu nota, nesta quinta-feira (19/5), em que manifesta repúdio à decisão do Senado de recusar o nome do ex-secretário de Justiça de São Paulo, Alexandre de Moraes, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Para a associação, o fato demonstra que “já na composição desse órgão predominará a influência política, pelo que se justifica a apreensão dos magistrados paulistas ao longo das discussões sobre a oportunidade e a validade da presença de pessoas estranhas à Magistratura como integrantes do CNJ”.

Alexandre de Moraes foi indicado ao CNJ pela Câmara dos Deputados, passou pela

sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, mas foi barrado no plenário.

Disputa política

Senadores classificaram o veto ao nome de Moraes como “molecagem” do PT. O resultado da votação no Senado foi interpretado como uma retaliação do partido do governo, que teve seu candidato ao CNJ, Sérgio Renault, derrotado por Moraes na eleição que escolheu o representante da Câmara.

Com a rejeição do nome de Alexandre de Moraes, no plenário do Senado, a votação foi interrompida, faltando ainda a aprovação de dez nomes para completar a composição do CNJ. Por enquanto, estão apro-

vados apenas os nomes de Nelson Jobim, presidente do STF; Antônio Pádua Ribeiro, ministro do STJ; Jirair Meguerian e Germana de Oliveira Moraes, da Justiça Federal e Paulo Luiz Netto Lobo, advogado que representa a OAB.

A polêmica promete render. A Câmara dos Deputados tem 15 dias para indicar um novo nome para substituir Alexandre de Moraes. O PFL, partido ao qual está filiado o rejeitado, já afirmou que só indica outro nome se o próprio Moraes disser que não quer a vaga.

Já, no Senado, o entendimento é o de que, por ter sido rejeitado, Alexandre de Moraes não pode ser novamente indicado.

Leia a nota da Apamagis:

NOTA OFICIAL

A Associação Paulista de Magistrados - Apamagis - entidade que congrega os Juizes e Desembargadores paulistas há 52 anos, vem a público manifestar seu repúdio à recusa, pelo Senado Federal, da indicação do Prof. Dr. Alexandre de Moraes como integrante do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Esse fato é demonstrativo de que já na composição desse órgão predominará a influência política, pelo que se justifica a apreensão dos magistrados paulistas ao longo das discussões sobre a oportunidade e a validade da presença de pessoas estranhas à Magistratura como integrantes do CNJ.

Celso Luiz Limongi
Presidente

Segunda-feira, 16 de maio

Consultor Jurídico,

Números da Justiça

Vencer resistências à modernidade é o desafio do CNJ

por Vicente Dlanezi

O Conselho Nacional da Justiça, o chamado controle externo do Judiciário, que deverá ser instalado no início de junho próximo, terá uma tarefa monumental para desenvolver: implementar uma reforma gerencial do sistema com o objetivo de eliminar os gargalos que determinam a morosidade da prestação dos serviços jurisdicionais em todo o país. A principal fonte de informações dos futuros conselheiros serão os Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro, o primeiro diagnóstico da Justiça que foi divulgado e começou a ser analisado, na semana passada, em seminário promovido pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim como os problemas, os números são grandiosos. A Justiça brasileira conta com um orçamento de cerca de R\$ 20 bilhões, tem 13,5 mil magistrados (7,6 por 100 mil habitantes) e 247 mil funcionários (139,4 por 100 mil habitantes). Em 2003, as suas instalações físicas, que cobriam perto de 6 milhões de metros quadrados, receberam 17,5 milhões de processos novos que, não

obstante as sentenças definitivas proferidas, elevaram em 40,7% o estoque verificado no ano anterior. O Judiciário encerrou 2003 registrando uma carga média de trabalho de 8,6 mil processos por juiz.

Como não poderia deixar de ser, os dados estatísticos são frios. Desconhece-se, por exemplo, os fatos que levam a Justiça do Trabalho a gastar 93% do seu orçamento com a folha de pagamento, restando apenas 7% para o investimento em bens e serviços. “O gasto com pessoal é preocupante”, afirmou o juiz Alexandre de Azevedo Silva, membro do Gabinete Extraordinário de Assuntos Institucionais da Presidência do STF. “Precisamos aprofundar as análises para não ficarmos nas ilações”, ele propôs.

Do mesmo modo, estranha-se a existência de computadores, em alguns Tribunais, em quantidades superiores ao número de usuários, enquanto outros registram fortes deficiências. “Não se trata do estado das graças em informática”, arriscou o juiz Eizo Ono, presidente do TRT da 9ª Região. Muitos computadores seriam antigos, desvinculados de

qualquer sistema, não passando de prosaicas máquinas de escrever.

É exatamente a informatização dos tribunais, vista como a principal alavanca para a agilização do sistema, que deverá receber grande atenção do futuro Conselho Nacional de Justiça. Na imagem do presidente do STF e futuro presidente do CNJ, ministro Nelson Jobim, o sistema nacional deveria estar preparado para registrar, por exemplo, a protocolização de uma ação na comarca de Quixeramobim, no interior do Ceará. Isto poderia evitar surpresas como a avalanche de processos que contestaram, por exemplo, os planos econômicos do passado, com resíduos ainda hoje em discussão nos tribunais superiores. A identificação dos grandes volumes processuais no nascedouro permitiria, de acordo com Jobim, soluções políticas e administrativas passando ao largo do atulhamento processual da Justiça.

Caixa preta

A necessidade da modernização gerencial da Justiça foi opinião generalizada entre os cerca de 250

participantes do seminário promovido pelo STF – a maioria deles juízes e servidores, que se envolveram no levantamento dos Indicadores Estatísticos iniciado em agosto do ano passado. No entendimento da cientista política Maria Tereza Sadek, da USP, a Justiça não é uma caixa preta. “O problema é que seu mecanismo não é conhecido. Portanto, não há segredo”, ela explicou.

Esses segredos começaram, por exemplo, a ser desvendados no próprio STF. A mudança das regras de trânsito das ações – à parte a reforma processual que se encontra em discussão no Congresso Nacional – já permitiu prever uma redução nos prazos de tramitação de 272 dias para 150 dias. “Estamos recebendo todo apoio dos servidores”, garantiu o instrutor Sérgio Honório de Freitas, do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), de Minas Gerais, contratado para desenvolver o novo sistema.

O projeto abrange, primeiro, os processos destinados à decisão monocrática dos ministros. A modernização gerencial dos processos submetidos à deci-

são colegiada, que hoje demandam, em média, 476 dias do ingresso à baixa, será estudada numa segunda fase. Os técnicos, por exemplo, recomendaram a padronização dos verbetes dos processos ao descobrirem que temas idênticos têm verbetização diferente. O serviço de revisão passará a ser realizado nos próprios gabinetes dos ministros.

Os técnicos identificaram ainda que apenas uma mudança no layout — colocando-se o setor de processamento perto do setor de publicação — permitirá uma redução de cinco dias no prazo de tramitação dos processos. Atualmente, os servidores aguardam que os calhamaços de papéis completem a carga do carrinho para então encaminhá-los ao setor de processamento que fica em outro prédio. A mudança gerencial permitirá que em dois anos o Supremo zere o estoque de processos hoje na casa de 100 mil.

É difícil acreditar que não haja resistências. As mudanças funcionais sempre incomodam as pessoas. Quando o projeto do INDG estiver inteiramente implantado, em janeiro próximo, perto de 400 servidores que se encontram em atividades-meio — transporte, copa, recepção, entre outras funções de apoio — estarão atuando nas atividades-fim, ou seja, o manuseio direto dos processos. “A relação será invertida”, explicou Freitas. Atualmente, 60% dos servidores do Supremo, de um quadro de cerca de 2 mil, se encontram lotados nas atividades-meio. Procurado pela revista Consultor Jurídico para avaliar a mudança, Wemerson Pereira Silva, presidente da Astrife, associação que representa os servidores da casa, foi seco: “Não vou dar a minha opinião”, afirmou.

A resistência à mudança pode ser observada no próprio seminário do Supremo. Os representantes

das associações de magistrados, sem exceção, apoiaram a iniciativa do levantamento e reconheceram a necessidade das mudanças. Mas contestaram a metodologia da apuração estatística. A inclusão dos processos na fase de execução ou sobrestados nos estoques arranharam a imagem das justiças federal e trabalhista, na opinião deles. A omissão para Nelson Jobim seria um erro. “O que as pessoas querem é sair das estatísticas”, ele sentenciou.

O grande teste está reservado para as decisões do CNJ, cuja maioria dos integrantes indicada pelo Judiciário esteve presente no seminário. Todos os juízes procurados pela Conjur revelaram dúvidas sobre os poderes do novo organismo para fazer cumprir as suas determinações gerenciais. Afinal, os presidentes dos tribunais, que contam com autonomia administrativa e financeira constitucional, se submetem às decisões do Conse-

lho? O **presidente da Apamagis (Associação Paulista dos Magistrados), Celso Limongi**, deu uma pista: “Juiz não é acostumado a receber ordens”, afirmou, apontando ainda as prerrogativas garantidas pelo princípio federativo.

Seja como for, os futuros conselheiros do CNJ serão empossados levando na pasta, além do levantamento estatístico do Judiciário, uma pesquisa de imagem da Justiça, encomendada pelo Supremo à UnB. O trabalho de campo foi concluído no início deste mês depois de ouvir 2 mil pessoas em todo o país. Para 84% dos entrevistados, a Justiça tem problemas e deve ser mudada. E um contingente de 67% dos entrevistados apóiam a criação do CNJ, como controle externo para fiscalizar o Judiciário.

SOBRE O AUTOR

Vicente Dianezi é correspondente da Revista Consultor Jurídico em Brasília

Domingo, 8 de maio

Consultor Jurídico

Projeto da Apamagis

TJ-SP analisa proposta que altera estrutura judiciária

O projeto de reestruturação de entrâncias, aprovado na Comissão de Organização Judiciária, deverá ser submetido ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo na quarta-feira (11/5) e encaminhado à Assembléia Le-

gislativa. A proposta de alteração da estrutura judiciária do estado de São Paulo foi feita pela Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) no ano passado.

O presidente da Apamagis, Celso Limongi, afirma que tentará recuperar na

discussão a fixação dos juízes auxiliares nas varas. Segundo ele, a reestruturação atribui as referências da Lei de vencimentos em vigor aos novos cargos, sem alterar os percentuais.

Limongi diz que os juízes manterão sua posição

na lista de antiguidade, em cada entrância, somente passando à nova denominação e referência após a promoção, quando poderão formular opção, em cinco dias, por permanecerem nos cargos elevados.

BUENOS AIRES

04 DIAS 03 NOITES

Desfrute do charme e do requinte de uma cidade encantadora.

PACOTE INCLUI:

- ▣ Passagem aérea SAO / BUE / SAO com Aerolíneas Argentinas em classe econômica;
- ▣ Transfer Aeroporto / Hotel / Aeroporto em Buenos Aires;
- ▣ 04 dias e 03 noites de hospedagem no hotel escolhido com café da manhã e taxas;
- ▣ City Tour panorâmico pela cidade, com visita ao "Fashion Mall" (a maior boutique da América do Sul), lanche no Café Temático Havana (cortesia);
- ▣ Drink de "boas vindas" no Fashion Mall Vinhos (cortesia);
- ▣ Vouchers desconto de 30% em todos os produtos do Fashion Mall;
- ▣ Com a compra mínima de 1 souvenir na Hard Rock Café, o lanche será cortesia;
- ▣ Entrada no Cassino Flutuante de Buenos Aires será cortesia (Transporte não incluído).



ALTA TEMPORADA 01 À 31 JUL

CAT	HOTEL	VALIDADE	SGL	NE	DBL	NE	TPL	NE
★★★	Aspen Suites	01 à 31/jul	518	56	427	28	423	28
★★★★	Park Central Kempinsk	01 à 31/jul	557	86	445	43	-	-
★★★★★	Claridge	01 à 31/jul	715	118	524	59	495	48

BAIXA TEMPORADA 01 AUG À 27 DEC

CAT	HOTEL	VALIDADE	SGL	NE	DBL	NE	TPL	NE
★★★	Aspen Suites	01 aug à 27 Dec	469	56	377	28	373	28
★★★★	Park Central Kempinsk	01 aug à 27 Dec	508	86	396	43	-	-
★★★★★	Claridge	01 aug à 27 Dec	665	118	475	59	445	48

Valores em US\$ (dólares americanos), por pessoa em hotel e tipo de acomodação escolhida. Preços e condições sujeitos a variações sem prévio aviso.

NOTAS IMPORTANTES:
 SGL - refere-se a apto individual / DBL - refere-se a apto para duas pessoas / TPL - refere-se a apto para três pessoas / NE - refere-se a noite extra

CONSULTE-NOS OUTRAS OPÇÕES DE HOTÉIS.



SOLICITAÇÃO DE RESERVAS fone: 11-3241-1288 ramal 159 apamagis@c2eventos.com.br

CURSO PREPARATÓRIO PARA

Carreiras Jurídicas

Início das aulas em agosto de 2005

[aulas pela manhã, à noite e aos sábados]

APAMAGIS-LEX

A Apamagis, em convênio com a LEX, lança a Escola Apamagis-LEX – Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas, com toda a infraestrutura necessária para possibilitar a aprovação dos candidatos às carreiras jurídicas da Magistratura, Procuradorias e Ministério Público, tendo como premissa a filosofia dessa parceria, que se cinge na seriedade e tradição da LEX Editora e nos propósitos institucionais da Apamagis, entre os quais se destaca a participação na formação de magistrados melhor preparados para os misteres da carreira.

APROVEITE

Desconto para associados..... **40%**

Desconto para serventuários do Poder Judiciário... **20%**

Veja as vantagens e benefícios que o curso oferece.

- ▶ O melhor corpo docente do País.
- ▶ Localização privilegiada. Av. Paulista, ao lado do prédio da Fiesp.
- ▶ Salas de aula com ar-condicionado e cadeiras confortáveis.
- ▶ Biblioteca com acervo atualizado.
- ▶ Metodologia dinâmica, sob a qual todas as aulas são ministradas com equipamentos de multimídia.
- ▶ Doutrina e jurisprudência atualizadas, disponíveis na sala de estudo.
- ▶ Material didático personalizado.
- ▶ Site atualizado, com artigos e matérias, provas anteriores de concursos e notícias sobre temas de interesse para os concursos e para as carreiras jurídicas.

Inscriva-se já!

VAGAS LIMITADAS.

Informações e inscrições:

São Paulo-SP: 11 3549 9930
E-mail: apamagis@lex.com.br
www.apamagis-lex.com.br



APAMAGIS
Associação Paulista
de Magistrados



LEX EDITORA S.A.
Legal e Regulatória

Associação Paulista de Magistrados



R. Tabatingüera, 140 - sobreloja - CEP 01020-901 - São Paulo - SP
Telefone (0xx11) 3241-1288 - Fax (0xx11) 3107-8894
e-mails: imprensa@apamagis.com.br - cartas@apamagis.com.br